



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

EDITAL DA LICITAÇÃO Nº 001/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024

1 – PREÂMBULO

1.1 - O Município de Nova Santa Rosa, a Secretaria de Administração e Planejamento e esta Pregoeira, designada pela Portaria Municipal nº 029/2024 de 25/01/2024, em conformidade com termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, de Decreto Municipal nº 5.146/2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no Município, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, **torna público** aos interessados que fará realizar no **dia 01 de março de 2024, às 08:30 horas** (horário de Brasília) na Prefeitura Municipal, Licitação na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, modo de disputa **ABERTO**, a preços fixos, através do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com validade de 12 meses, visando o registro de preços para futura, eventual e fracionada **Aquisição de Material de Limpeza, Material de Copa e Cozinha, Material de Proteção Individual para atender as demandas das secretarias desta Municipalidade** conforme descrito no Memorial Descritivo/Termo de Referência, e nas condições fixadas neste instrumento convocatório e seus anexos.

A presente licitação destina-se a TODAS AS EMPRESAS (Licitação NÃO EXCLUSIVA para Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte), em conformidade com o disposto no Art. 49 da Lei Complementar 123/2006 com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014, entretanto com preferência para ME/EPP e Equiparadas, nos limites das legislações anteriores.

Data da sessão: 01 de março de 2024.

Horário: 08:30 horas

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.compras.gov.br UASG nº 987.979.

Valor da Contratação: R\$ 501.977,49 (quinhentos e um mil, novecentos e setenta e sete reais e quarenta e nove centavos)

2 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES DO OBJETO

2.1 – A presente licitação tem por objeto a **Aquisição de Material de Limpeza, Material de Copa e Cozinha e Material de Proteção Individual para atender as demandas das secretarias desta municipalidade** observadas as características e demais condições definidas neste Edital e em seus Anexos.

2.2 – A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.3 – O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.4. – Os pregoeiros e equipe de apoio são designados pela Portaria nº 029/2024.



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

3- DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1- As regras referentes aos **órgãos gerenciador e participantes**, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

4- DO CREDENCIAMENTO

4.1- O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2- O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.compras.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

4.3- O Credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4- O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5- É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.6- A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5- DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

5.1- Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018;

5.2- Remeter, no prazo estabelecido, via sistema comprasnet, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

5.3- Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema;

5.4- Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.5- Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.5.1. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta; (art. 14, inc. III, Lei 14.133/21)

5.5.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

5.5-3. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados; (art. 14, inc. I, Lei 14.133/21)

5.5-4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação; (art. 14º, inc. IV, Lei 14.133/21)

5.5-5. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria (art. 9º, §1, Lei n.º 14.133/21).

5.5-6. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.5-7. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

5.5-8. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários; (art. 14º, inc. II, Lei 14.133/21)

5.5-9. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si; (art. 14º, inc. V, Lei 14.133/21)

5.5-10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista. (art. 14º, inc. VI, Lei 14.133/21)

5.5-11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº.746/2014 – TCU – Plenário);

5.5-12. Aplicam-se, de forma complementar, as demais disposições da Lei 14.133/21 no tocante ao impedimento de licitar.

5.6- Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.6-1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

5.6-1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresa e empresa de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

5.6-1.2. **nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.**

5.6-2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

5.6-3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

5.6-4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

5.6-5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.6-6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

5.6-7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.6-8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

5.5-9. Que cumpre os requisitos do Decreto Nº 7.174-2010, estando aptos a usufruir dos critérios de preferência (APENAS QUANDO O OBJETO CONTEMPLAR BENS DE INFORMÁTICA);

5.7- A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

6.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

6.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

6.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.6. A falsidade das declarações efetuadas sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

6.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.9. Após a fase de envio de lances, serão disponibilizados para acesso público todos os documentos que compõem a proposta dos licitantes.

6.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1 Valor unitário do item;



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

7.1.2 Fabricante, marca/modelo;

7.1.3 Quantidade cotada, devendo respeitar o total para cada item;

7.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.2.1 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

7.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.7.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

7.7.2 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos.

7.8 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração e/ou por parte dos contratados pode ensejar responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,10 (dez centavos de real)**.

8.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que os autores das ofertas de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“fechado e aberto”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento)



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

8.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 8.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

8.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

8.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

8.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.21.2.2. empresas brasileiras;

8.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo;

8.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.22.5. O pregoeiro poderá solicitar ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

8.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9 DA FASE DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

TCE – Tribunal de Contas do Estado do Paraná

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, alterada pela Lei nº 14.230/2021.

9.3. Diante da suspeita de ocorrência impeditiva indireta, o processo licitatório será suspenso, para investigar se a participação da pessoa jurídica no processo de contratação teve como objetivo burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa com quadro societário comum.

9.3.1. O interessado será notificado para manifestação no prazo de 2 (dois) dias úteis;

9.3.2. Os argumentos de defesa serão analisados e avaliados, realizando-se as diligências necessárias para a prova dos fatos, adotando-se as medidas necessárias a apurar, dentre outras:

I – as condições de constituição da pessoa jurídica ou do início da sua relação com os sócios da empresa sancionada;

II – a atividade econômica desenvolvida pelas empresas;

III – a composição do quadro societário e identidade dos dirigentes/administradores; e

IV – o compartilhamento de estrutura física ou de pessoal.

9.3.3. Formado o convencimento acerca da existência de ocorrência impeditiva indireta, o licitante será INABILITADO.

9.3.4. Na sequência, o processo será remetido à autoridade para adoção das demais providências indicadas.

9.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens próprios deste edital.

9.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

9.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.7.1. contiver vícios insanáveis;

9.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.8. Considera-se indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

9.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

9.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1 Os documentos previstos no item 10.19 e subitens, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

10.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

10.5 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

10.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.10 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

10.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

10.11 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

10.12 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

10.13 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.13.1 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, TODOS os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

10.13.2 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.14 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para, conforme a Lei 14.133/21, art. 64:

10.14.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.15 Na análise dos documentos de habilitação, poderão ser sanados erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.16 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o disposto no tópico 8 e seus subitens.

10.17 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.18. Ressalvado o disposto no item 10.1.1., os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.19.1. Habilitação jurídica:

10.19.1.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.19.1.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

10.19.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.19.1.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.19.1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.19.1.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.19.1.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.19.1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.19.2. Regularidade fiscal e trabalhista:

10.19.2.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

10.19.2.2. Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

10.19.2.3. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual mediante a apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal emitida pela respectiva Secretaria de Estado da Fazenda do Estado da sede da empresa;

10.19.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.19.2.5 Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS – CFR, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei; expedido pela Caixa Econômica Federal, através do site: www.caixa.gov.br.

10.19.2.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho através do site: www.tst.jus.br.

10.19.2.7 Declaração da situação do fornecedor junto ao SICAF.

10.19.2.8 caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de



comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.19.3 Qualificação Econômico-Financeira.

10.19.3.1 certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

10.19.3.2 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

10.19.3.3 Todos os licitantes na condição de ME e EPP ou MEI, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (LC nº 123, art. 43, *caput*).

10.19.3.3 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.19.3.4 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.19.3.5 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.19.3.6 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.19.3.7 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.19.3.8 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

10.19.3.9 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

10.19.3.10 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10.19.3.11 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para, conforme a Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º:

10.19.3.12 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

10.19.3.13 Essa diligência é cabível no caso de o documento apresentado ser inconclusivo quanto ao atendimento de requisitos do edital. É o que ocorre, por exemplo, quando um atestado menciona genericamente que o licitante já executou objeto semelhante, mas o edital exige algum detalhe, tal como determinada medida.

10.19.3.14 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.19.3.15 Ainda, serão admitidas, as certidões expedidas como “Certidão Positiva com Efeito de Negativa”.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo e procedência, vinculam a Contratada.

11.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

11.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do Município e no Site: <https://comprasnet.gov.br>.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei 14.133/21.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia de execução dos serviços para a presente contratação.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

16.1. Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. A contratação com os fornecedores será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de Ata de Registro de Preços ou por instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, amparado no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.1.1. Em "carta contrato", "nota de empenho de despesa", "autorização de compra", "ordem de execução de serviço" ou outros instrumentos hábeis aplica-se, no que couber, o disposto no art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.2. Como condição para celebração do Ata de Registro de Preços/contrato, a licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.

17.2.1. Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

17.3. A Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá a vigência de pelo período de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogada por igual período, sendo reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos, desde que comprovado o preço vantajoso.

17.4. A partir de comunicado formal emitido pelo Município de Nova Santa Rosa, a licitante vencedora terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para proceder assinatura do instrumento contratual ou para encaminhar o mesmo assinado por correios ou transportadora ou via digital.

17.4.1. O prazo que trata o item 17.4 poderá, quando solicitado e justificado pelo proponente, ser prorrogado uma vez por igual período.

17.4.2. Se a licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato/Ata de Registro de Preços, injustificadamente, será procedida à convocação do próximo classificado nos termos deste edital.

17.5. Decorridos 60 (sessenta) dias consecutivos da data da apresentação das propostas, sem a comunicação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

17.6. Durante a vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições exigidas para Habilitação e classificação da proposta.

17.7. O licitante vencedor obriga-se a apresentar documentação complementar que vier a ser exigida pelo Município para efeito de celebração do instrumento contratual.

17.8. Durante a vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços o fornecimento será acompanhado e fiscalizado por servidor público designado para esse fim.

17.8.1. As decisões e providência que ultrapassarem a competência do servidor designado deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

17.9. O início do fornecimento ocorrerá a partir da solicitação da Secretaria competente, mediante emissão do respectivo empenho e comunicação à contratada, devendo ser atendidas todas as condições detalhadas no termo de referência (Anexo VI) deste edital.

17.9.1. A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

17.9.2. A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

17.9.3. A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

17.10. Demais condições contratuais constam da íntegra da Minuta de Contrato anexa a este Edital (Anexo V).

18. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

18.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

18.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

18.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

18.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

18.3.1. referida Nota está substituindo o contrato;

18.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

18.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos na mesma normativa.

18.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

18.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

18.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

18.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

18.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

18.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

19. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL (art. 92, inc. V, Lei 14.133/21)

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da proposta emitida pela contratada.

19.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará a contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

19.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

19.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

20.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

21.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência e Minuta do Contrato.

22. DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. O pagamento pertinente será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a entrega do objeto, mediante emissão da Nota Fiscal e liquidação da mesma, pertinente em nome do Município de Nova Santa Rosa e verificação da conformidade dos produtos fornecidos.

22.2. O pagamento pertinente será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a entrega do objeto, mediante emissão da Nota Fiscal pertinente em nome do Município de Nova Santa Rosa e verificação da conformidade dos serviços prestados/produtos fornecidos, e liquidação do empenho.

22.3. O pagamento do fornecimento efetivado fica condicionado ao processamento regular das contas junto à Secretaria Municipal de Finanças.

22.4. O pagamento será creditado em favor do Município de Nova Santa Rosa, preferencialmente por boleto bancário emitido e entregue junto com a nota fiscal do fornecimento de bens ou de prestação de serviços, ou na ordem bancária, creditada na conta corrente indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

22.5. Em caso do banco o qual a contratada detém conta corrente seja diferente do Banco do Brasil, o município de Nova Santa Rosa não se responsabiliza por eventuais descontos de tarifa no ato do pagamento por transferência bancária, ficando estes a cargo da contratada.

22.6. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Nova Santa Rosa em favor da Contratada. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

22.7. Será retido o Imposto de Renda (IR), com base na Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores.

22.8. A(s) dotação(ões) orçamentária(s) que proverá(ão) o pagamento das obrigações do Município, será(ão) a(s) Seguinte(s):

04 – Secretaria de Administração
002 – Departamento Administrativo
04.122.0003.2009 – Manutenção do Departamento Administrativo
3.3.90.30.21.00 – Material de Limpeza e Produtos de Higienização
3.3.90.30.28.00 – Material de Proteção e Segurança
3.3.90.30.19.00 – Material de acondicionamento e embalagem
3.3.90.30.11.00 – Material químico
3.3.90.30.99.01 – Outros materiais de consumo não classificados
Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários (livres)



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

06 – Secretaria de Educação e Cultura

001 – Departamento de Ensino

12.361.0007.2018 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.30.21.00 – Material de Limpeza e Produtos de Higienização

3.3.90.30.28.00 – Material de Proteção e Segurança

3.3.90.30.19.00 – Material de acondicionamento e embalagem

3.3.90.30.11.00 – Material químico

3.3.90.30.99.01 – Outros materiais de consumo não classificados

Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários (livres)

07 – Secretaria de Saúde

001 – Fundo Municipal de Saúde

010.301.0009.2029 – Atenção Básica a Saúde

3.3.90.30.21.00 – Material de Limpeza e Produtos de Higienização

3.3.90.30.28.00 – Material de Proteção e Segurança

3.3.90.30.19.00 – Material de acondicionamento e embalagem

3.3.90.30.11.00 – Material químico

3.3.90.30.99.01 – Outros materiais de consumo não classificados

Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários (livres)

303 - Saúde Recursos Vinculados

10 - Secretaria de Assistência Social

002 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.243.0018.2049 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar

3.3.90.30.21.00 – Material de Limpeza e Produtos de Higienização

3.3.90.30.28.00 – Material de Proteção e Segurança

3.3.90.30.19.00 – Material de acondicionamento e embalagem

3.3.90.30.11.00 – Material químico

3.3.90.30.99.01 – Outros materiais de consumo não classificados

Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários (livres)

10- Secretaria de Assistência Social

002- Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0018.2056- Piso básico Fixo

3.3.90.30.21.00 – Material de Limpeza e Produtos de Higienização

3.3.90.30.28.00 – Material de Proteção e Segurança

3.3.90.30.19.00 – Material de acondicionamento e embalagem

3.3.90.30.11.00 – Material químico

3.3.90.30.99.01 – Outros materiais de consumo não classificados

Fonte de Recursos: 934 - Bloco de Financiamento da Prot. Social Básica

10 - Secretaria de Assistência Social

002 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0018.2051- Manutenção das Ações do Cras

3.3.90.30.21.00 – Material de Limpeza e Produtos de Higienização



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

3.3.90.30.28.00 – Material de Proteção e Segurança
3.3.90.30.19.00 – Material de acondicionamento e embalagem
3.3.90.30.11.00 – Material químico
3.3.90.30.99.01 – Outros materiais de consumo não classificados
Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários (livres)

11 - Secretaria de Esportes
001 - Gabinete da Secretaria de Esportes
27.812.0019.2060 - Manutenção da Secretaria de Esportes
3.3.90.30.21.00 – Material de Limpeza e Produtos de Higienização
3.3.90.30.28.00 – Material de Proteção e Segurança
3.3.90.30.19.00 – Material de acondicionamento e embalagem
3.3.90.30.11.00 – Material químico
3.3.90.30.99.01 – Outros materiais de consumo não classificados
Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários (livres)

11 - Secretaria de Esportes
002 – Departamento de Esportes
27.812.0019.2061- Manutenção das Atividades Desportivas
3.3.90.30.21.00 – Material de Limpeza e Produtos de Higienização
3.3.90.30.28.00 – Material de Proteção e Segurança
3.3.90.30.19.00 – Material de acondicionamento e embalagem
3.3.90.30.11.00 – Material químico
3.3.90.30.99.01 – Outros materiais de consumo não classificados
Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários (livres)

23- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

23.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

23.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

23.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

23.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

23.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

23.1.2.4. deixar de apresentar amostra, quando exigido em edital;

23.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

23.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

23.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

23.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

23.1.5. fraudar a licitação;

23.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

quando:

23.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

23.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

23.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

23.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

23.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

23.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

23.2.1. advertência;

23.2.2. multa;

23.2.3. impedimento de licitar e contratar e

23.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

23.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

23.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

23.3.2. as peculiaridades do caso concreto

23.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

23.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

23.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

23.4.1. Para as infrações previstas nos itens 23.1.1, 23.1.2 e 23.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

23.4.2. Para as infrações previstas nos itens 23.1.4, 23.1.5, 23.1.6, 23.1.7 e 23.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

23.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

23.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

23.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 23.1.1, 23.1.2 e 23.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

23.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 23.1.4, 23.1.5, 23.1.6, 23.1.7 e 23.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 23.1.1, 23.1.2 e 23.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

23.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 23.1.3.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

23.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

23.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

23.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

23.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

23.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município de Nova Santa Rosa.

24. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

24.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

24.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

24.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

24.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado.

25. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

25.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

25.2. Os pedidos de esclarecimentos, impugnações e a apresentação escrita dos recursos, deverão ser protocolizados no Protocolo da Prefeitura do Município de Nova Santa Rosa, na Av. Tucunduva, nº833, CEP 85.930-000 – Nova Santa Rosa, Estado do Paraná, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas (horário de Brasília), ou ainda através do Portal da



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

Transparência, no link “Emissão de Processo Digital”, disponível em: <https://novasantarosa.atende.net/#!/tipo/servico/destaque/1/bloqueiascroll/1>, no mesmo prazo).

25.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até **(02) dois dias úteis** contados da data de recebimento da impugnação.

25.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

25.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

25.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

25.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

25.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

25.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

26.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

26.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

26.4. Concluído o julgamento, a autoridade superior competente promoverá a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor e homologação do resultado.

26.4.1. Não havendo vencedor para algum dos lotes, seja por resultar frustrado ou por restar deserto, o processo será remetido à assessoria jurídica para parecer quanto a possibilidade de sua homologação.

26.4.2. Homologada a licitação pela autoridade competente, o Município de Nova Santa Rosa firmará a contratação com o PROPONENTE VENCEDOR visando à execução do objeto desta licitação nos termos da Minuta que integra este Edital.

26.4.3. Sendo a licitação homologada como deserta ou frustrada na íntegra, ou seja, quando não houver vencedor para qualquer dos lotes, será promovido o arquivamento do processo apenas.

26.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

26.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.6. Caberá ao gestor e fiscais a plena observância ao Decreto Municipal 5.142/2023, o qual dispõe sobre rotinas administrativas aplicáveis à gestão e fiscalização de contratos no âmbito da Administração Municipal.

26.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

26.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

26.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

26.10. As atribuições do pregoeiro/agente de contratação/equipe de apoio/comissão de contratação estão descritas no Decreto Municipal nº 5.142/2023.

26.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.novasantarosa.pr.gov.br; Licitações, consulta licitações ou poderá ser obtida junto ao Departamento de Compras desta Prefeitura, situada a Av. Tucunduva, 833 – Nova Santa Rosa – PR, no horário de expediente, de segunda à sexta-feira.

26.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

26.12.1. Anexo I – Modelo de Declaração de Enquadramento ME ou EPP;

26.12.2. Anexo II – Modelo de Proposta;

26.12.3. Anexo III – Modelo de Declaração Unificada para Habilitação;

26.12.4. Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de Preços;

26.12.5. Anexo V – Minuta de Contrato;

26.12.6. Anexo VI – Termo de Referência;

26.12.6.1. Apêndice do Anexo VI – Estudo Técnico Preliminar;

Nova Santa Rosa, Estado do Paraná, XXX de janeiro de 2024.

NORBERTO PINZ
Prefeito

De acordo, em 31/01/2024
Procuradoria Jurídica



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO ME / EPP

Prefeitura do Município de Nova Santa Rosa – PR.

Pregão Eletrônico: nº (inserir o número) / (o ano).

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, a empresa _____, inscrita no CNPJ n.º _____, com endereço _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr.(a) _____, portador(a) do documento de identidade RG n.º _____, emitido pela SSP/_____, e do CPF n.º _____, **DECLARA**, sob penas da Lei, que se enquadra como microempresa (ou empresa de pequeno porte, conforme o caso) nos termos do Artigo 3º, *caput*, incisos I e II da Lei Complementar 123/2006.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

(inserir o local), (inserir o dia) de (inserir o mês) de (inserir o ano).

(carimbo, nome, RG, CPF e assinatura do responsável legal).



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

ANEXO II

(Preferencialmente em papel timbrado da empresa).

Ao Pregoeiro,
Município de Nova Santa Rosa-PR

PROPOSTA DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) nº xxx/2024

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE: Razão social da licitante, número de inscrição junto CNPJ/MF, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail) para contato, número da conta corrente, agência e respectivo Banco.

IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL: Dados do responsável que assinará o instrumento Contratual, compreendendo: Nome, CPF, RG, estado civil, profissão, endereço completo.

IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO: Dados do preposto, que deverá possuir vínculo empregatício com a vencedora da licitação, compreendendo: Nome, CPF, RG, e-mail, telefone para contato direto;

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos Itens abaixo discriminados, conforme TERMO DE REFERENCIA - ANEXO VI, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

LOTE	ITEM	QTD	UN.	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	V. UNIT.	V. TOTAL.

DECLARAÇÕES:

1. Tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, e execução do objeto da licitação e na concordância com todos os termos deste edital;
2. Que a proposta de preços terá validade de 60 (sessenta) dias corridos contados da data de sua apresentação;
3. Que atende os requisitos de qualidade mínima exigidos do(s) produto(s) ou serviço(s) bem como seus prazos e condições de entrega;
4. Que nos preços ofertados estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

LOCAL E DATA

ASSINATURA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

PROCEDIMENTO PARA DIGITAÇÃO DAS PROPOSTAS POR MEIO ELETRÔNICO

- Qual o site para a digitação das propostas e como faço para acessar?

Para acessar o programa de digitação das propostas on-line, é necessário acessar o site do Município de Nova Santa Rosa, através do endereço <http://novasantarosa.pr.gov.br> ou se preferir pode acessar diretamente o endereço <https://novasantarosa.atende.net>. Este é o portal de serviços do Município, e para ter acesso a digitação das propostas se faz necessário acesso através de usuário e senha. O participante deve se logar no sistema para poder registrar a sua proposta. Para quem não tem acesso deve clicar na opção **CADASTRA-SE** logo ao lado do campo de LOGIN conforme imagem:



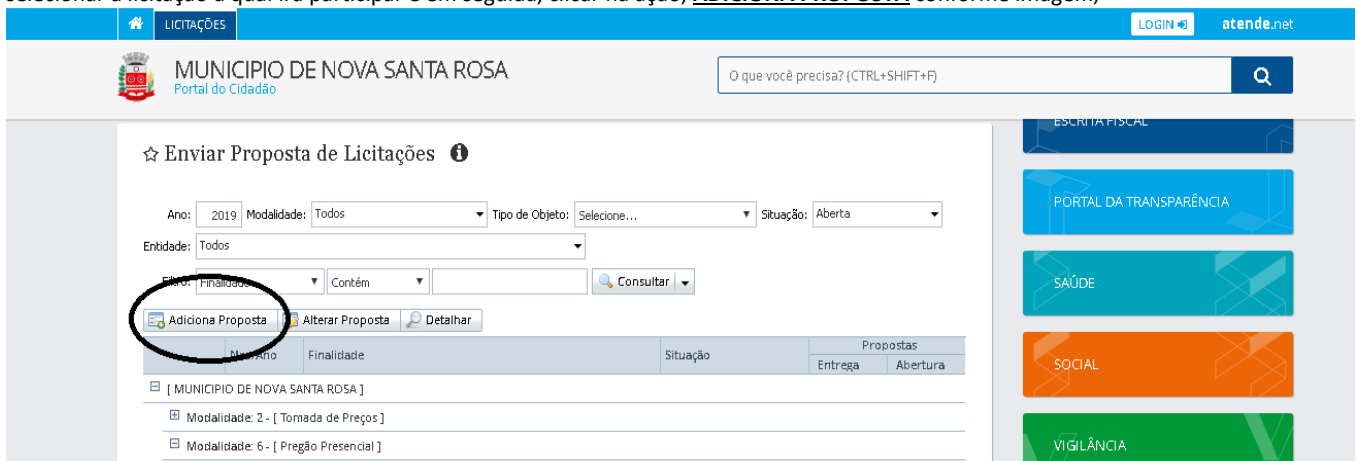
A seguir, realizar as etapas para efetuar o cadastro. ATENÇÃO: Ao solicitar o seu cadastro, você deve marcar a opção para a finalidade “Serviços do Portal do Cidadão”, e assim que o teu acesso for criado você receberá a notificação por e-mail.

- Como procedo com a digitação das propostas?

Após se logar no sistema, conforme informado acima, deverá localizar o serviço **ENVIAR PROPOSTA DE LICITAÇÕES** como mostra a imagem a seguir:



Nesta opção, aparecerão todas as Licitações que estão disponíveis para a digitação das propostas. O participante deve localizar e selecionar a licitação a qual irá participar e em seguida, clicar na ação, **ADICIONA PROPOSTA** conforme imagem,



registrar a sua proposta de preços, incluindo a MARCA e o MODELO quando houver. Após a digitação das informações, deve ser confirmado na ação **CONFIRMAR**, localizada no canto inferior esquerdo da tela. Esta confirmação irá gerar o documento da proposta, o qual deverá **OBRIGATORIAMENTE** ser impressa e entregue dentro do envelope de proposta, juntamente com a proposta preenchida conforme anexo do edital. Este documento impresso se faz necessário, pois na impressão da proposta é gerado o **NÚMERO**

DO PROTOCOLO e a **SENHA DO PROTOCOLO**, dados estes que serão utilizados na abertura da licitação para importação da proposta digitada pelo participante. **Ao acessar o sistema para alteração da proposta, esta deverá ser reimpressa, já que, novos números de senha e protocolo serão gerados**



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA PARA HABILITAÇÃO

(Preferencialmente em papel timbrado da empresa)

Ao Pregoeiro,
Município de Nova Santa Rosa-PR

DECLARAÇÃO PARA EFEITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa XXX, inscrita no CNPJ sob o número XXX, sediada XXX, através de seu representante, Sr(a). XXX, CPF número XXX, RG número XXX na qualidade de proponente do procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico (SRP) nº xxx/2024**, instaurado pelo Município de Nova Santa Rosa, declara sob as penas da lei que:

- a) Não se encontra com o Direito de Licitar suspenso perante o Município de Nova Santa Rosa, bem como não encontra-se declarado inidôneo por órgão ou entidade em qualquer das esferas do Governo;
- b) Até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- d) Os proprietários, sócios e/ou dirigentes da referida empresa NÃO possuem grau de parentesco consanguíneo ou por afinidade até o terceiro grau, com SERVIDORES EFETIVOS INVESTIDOS DE CARGOS DE DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO, OU EXERÇAM FUNÇÃO GRATIFICADA E AINDA QUE FAÇAM PARTE DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS, SEJA PREGOEIRO E/OU MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO, E DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA ROSA OU QUE EXERÇAM FUNÇÃO DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS ORIUNDO DO PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO, AGENTES POLÍTICOS, PREFEITO, VICE-PREFEITO E OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA ROSA, responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações contidas nesta Declaração.
- e) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; f) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

LOCAL E DATA

ASSINATURA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024

ANEXO IV –MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços Nº /2024

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA ROSA**, com sede na Av. Tucunduva, 833, Centro, na cidade de Nova Santa Rosa, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 77.116.663/0001-09, neste ato representado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, Sr. Pedro Henrique Drehmer, nomeado pela Portaria 085 de 06 de março de 2023, publicada no Diário Oficial do Município em 06 de março de 2023, portador da matrícula funcional nº 190632-0, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, decorrente da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, sob o número 001/2024, cujo objeto é o registro de preços para eventual **“Aquisição de Material de Limpeza, Material de Copa e Cozinha, Material de Proteção Individual para atender as demandas das secretarias desta Municipalidade”**, o qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz da permissão inserta no art. 40, inc. II, 78, IV, e 82 e 87 da Lei 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto Municipal 5.146/2023 e demais legislação aplicável, segundo as cláusulas e condições seguintes:

1. Órgãos gerenciador e participantes

1.1. A presente ARP é integrada apenas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR identificado no preâmbulo, composto pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA ROSA.

2. Registros formalizados

2.1. A presente ARP estabelece as cláusulas e condições gerais para o REGISTRO DE PREÇOS referente ao **fornecimento de Material de Limpeza, Material de Copa e Cozinha, Material de Proteção Individual**, cujas especificações, preço(s), marca(s)/modelo(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos por meio do procedimento licitatório supracitado, conforme abaixo descrito resumidamente:

EMPRESA DETENTORA DA ATA:								
CNPJ:							TELEFONE:	
E-MAIL:								
ENDEREÇO:								
LOTE	ITEM	QTD	UN.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA/MODELO	V. UNIT.	V. TOTAL	
VALOR TOTAL GERAL:								

2.2. Ao participar do procedimento licitatório, o fornecedor obriga-se ao cumprimento de todos os encargos estabelecidos na presente ARP, nos exatos termos do resultado final obtido no procedimento licitatório, quanto ao preço, a quantidade e as especificações do objeto registrado, integrando e complementado a presente ARP os seguintes documentos, os quais devem ser totalmente observados e cumpridos:

2.2.1. Termo de Referência contendo as especificações técnicas completas e todas as condições gerais de execução do objeto.



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

2.2.2. Proposta(s) comercial(is) da(s) licitante(es) cujo(s) preço(s) consta(m) registrado(s).

2.2.3. Edital de licitação, referente ao Pregão Eletrônico nº XXX/2024.

3. Cadastro reserva de fornecedores

3.1. Conforme consta no ANEXO A - RELATÓRIO DE CLASSIFICAÇÃO, também fica FORMALIZADO, conjuntamente com a presente ARP, CADASTRO RESERVA de licitante(es) interessado(s) em eventualmente assumir a titularidade do registro de preços, havendo REVOGAÇÃO ou RESCISÃO da ARP e segundo a ordem de classificação final no certame, POR GRUPO DO OBJETO, nos termos fixados no art. 82, inc. VII, e § 5º, inc. VI, da Lei 14.133/2021.

3.2. A formação de CADASTRO RESERVA vincula o(s) licitante(s) ao(s) preço(s) da proposta do titular, obrigando-se a assumir a titularidade em caso de cancelamento do registro do titular, observada a ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO.

3.3. A alteração da titularidade do registro dependerá da comprovação das condições de participação do particular registrado no cadastro reserva, da avaliação da qualidade do objeto indicado na sua proposta e do cumprimento das condições de habilitação, nos termos fixados no edital do certame.

3.4. Caberá ao agente de contratação responsável pelo julgamento do certame para seleção do titular da presente ARP realizar o procedimento de análise dos critérios indicados no item anterior.

3.5. Havendo alteração da titularidade do registro com base no CADASTRO RESERVA, deverá a ARP ser republicada para fins de eficácia.

4. Vigência da ARP

4.1. A presente ARP tem vigência de 12 (doze) MESES, contados a partir da data da sua emissão, podendo ser prorrogada por igual período, sendo reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.2. A prorrogação da vigência da ARP dependerá da concordância das partes e de comprovação da vantajosidade dos preços.

4.3. A prorrogação da vigência da ARP será registrada mediante termo de prorrogação pactuado pelas partes nos autos de gestão da ARP.

4.4. A prorrogação da vigência da ARP deverá ser publicada e divulgada nos termos previstos nos itens 14 e 15 deste documento.

4.5. Esgotados os quantitativos da ata de registro de preços antes do escoamento do seu prazo de vigência, a prorrogação poderá ser antecipada, uma única vez, com o reestabelecimento do quantitativo inicial.

5. Contratações futuras

5.1. As contratações decorrentes da presente ARP poderão ser realizadas diretamente pelo órgão gerenciador, ou por cada um dos participantes (se houver), observados os quantitativos respectivamente previstos para cada procedimento de licitação, e as demais exigências e formalidades previstas na legislação em vigor.

5.2. Poderá haver, a critério do órgão gerenciador e desde que haja expressa concordância dos interessados envolvidos, REMANEJAMENTO DE QUANTITATIVOS previstos na ARP entre os ÓRGÃOS PARTICIPANTES, ou entre este(s) e o ÓRGÃO GERENCIADOR, o qual será formalizado nos autos de gestão da ARP por despacho da autoridade competente.



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

5.3. Em caso de licitação com critério de julgamento menor preço por grupo de itens, as contratações futuras deverão ser realizadas, em regra, de forma proporcional para todos os itens de cada grupo, salvo justificativa técnica e desde que o valor registrado seja igual ou inferior aos preços contidos nas propostas dos demais licitantes e compatíveis com os preços de mercado, nos termos contidos no art. 82, § 2º, da Lei 14.133/2021.

5.4. A contratação decorrente deverá observar as condições fixadas no Edital de Licitação e seus anexos, ora vinculados.

6. Vínculos da ARP

6.1. A existência desta ARP não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

6.2. O titular do registro de preços vincula-se integralmente, durante a vigência da ARP, ao cumprimento das obrigações contidas na ARP, bem como à formalização das contratações dela decorrentes, salvo cancelamento ou rescisão do registro, sob pena de sofrer as sanções administrativas previstas no Edital e Termo de Referência anexo.

7. Adesão de órgão ou entidade pública não participante

7.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública poderá solicitar a utilização da presente ARP (POR ADESÃO), durante sua vigência, independentemente da participação ou não na licitação sobredita, mediante anuências do órgão gerenciador e do particular titular do registro, nos termos previstos no art. 86, §§ 2º a 5º, da Lei 14.133/2021, desde que observadas as disposições abaixo:

7.1.1. O órgão ou entidade pública interessado na adesão deverá consultar prévia e diretamente o fornecedor titular da ARP, visando obter a concordância formal com a contratação pretendida.

7.1.2. É faculdade do fornecedor titular da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, a aceitação ou não da contratação decorrente de adesão, independentemente de qualquer justificativa formal.

7.1.3. Cabe ao órgão ou entidade aderente encaminhar ao GERENCIADOR a concordância do fornecedor.

7.1.4. Proceder à consulta formal ao GERENCIADOR, por meio de ofício ou outro expediente competente, encaminhado para o e-mail institucional compras@novasantarosa.pr.gov.br e/ou registro de solicitação digital via atende.Net, no qual deverá constar o objeto que interessa contratar, o respectivo quantitativo pretendido e a concordância do fornecedor para fins de análise e manifestação sobre a possibilidade de adesão.

7.1.5. O GERENCIADOR poderá recusar a adesão requerida, quer em face do fato de haver a possibilidade de prejuízo ao atendimento de suas próprias contratações, ou de participante da ARP, quer por não cumprimento de um dos requisitos fixados no item 6.4 desta ARP, sempre por intermédio de despacho fundamentado.

7.1.6. As contratações adicionais por adesão à presente ARP deverão cumprir rigorosamente os seguintes requisitos:

7.1.6.1. Não exceder, por órgão ou entidade pública aderente, a 50% do quantitativo total registrado para o órgão gerenciador e participante(s) (se houver), cumulativamente;



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

7.1.6.2. Não exceder no total das adesões já realizadas a 200% do quantitativo total registrado para o órgão gerenciador e participante(s) (se houver), independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem;

7.1.6.3. No caso de ITEM(NS)/GRUPO(S) com participação EXCLUSIVA À ME'S E EPP'S na licitação, o total das contratações decorrente da presente ARP (inclusive por adesões) não poderão totalizar mais que R\$ 80 mil.

7.1.7. Em caso de licitação com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS, a contratação por adesão será realizada, em regra, de forma proporcional para todos os itens do grupo, salvo justificativa técnica e desde que o valor registrado seja igual ou inferior aos preços contidos nas propostas dos demais licitantes e compatíveis com os preços de mercado, nos termos contidos no art. 82, § 2º, da Lei 14.133/2021.

7.1.8. Autorizada a utilização da ARP pelo Órgão Gerenciador, o órgão ou entidade pública não participante (aderente) apenas poderá realizar a contratação autorizada, caso estejam presentes os seguintes requisitos temporais conjuntamente:

7.1.8.1. Em até 90 DIAS corridos, contados do recebimento da autorização, em razão da caducidade do ato, podendo o prazo ser prorrogado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, desde que solicitado pelo interessado e ainda vigente a ARP; e,

7.1.8.2. Apenas durante a vigência da presente ARP.

7.1.9. Quando da realização efetiva da respectiva contratação por adesão, deverá o órgão ou entidade aderente enviar ao GERENCIADOR, no prazo máximo de 05 DIAS corridos, contados da contratação, informar formalmente a contratação para fins de registro definitivo;

7.1.10. Caberá ao órgão ou entidade pública aderente a gestão de sua contratação, inclusive aplicando, garantida a ampla defesa e o contraditório, eventual sanção administrativa decorrente de descumprimento das obrigações contratuais, obrigando-se a informar as ocorrências e sanções aplicadas ao GERENCIADOR para fins de registro, observadas as regras e procedimentos fixados no Edital e seus anexos.

8. Atribuições do gerenciador da ARP

8.1. O GERENCIADOR promoverá o gerenciamento permanente e formal da presente ARP, inclusive com registro em processo administrativo de gestão de todas contratações dela decorrentes, como também de todos os demais atos inerentes aos procedimentos de gestão.

8.2. Cabe ao setor ou servidor designado do ÓRGÃO GERENCIADOR, conforme regulamento operacional interno, as atribuições inerentes ao gerenciamento da presente ARP, particularmente quanto a(ao):

8.2.1. Providenciar a elaboração e publicação da presente ARP;

8.2.2. Encaminhar ao(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes a presente ARP, como também suas eventuais e posteriores alterações, devidamente assinadas e publicadas;

8.2.3. Controlar, de forma permanente, a utilização da ARP para fins de contratações, durante toda sua vigência;

8.2.4. Receber, analisar, controlar e pronunciar-se quanto à(s) solicitação(ões) de contratação interna do ÓRGÃO GERENCIADOR com base na presente ARP, ou em relação à(s) solicitação(ões) de ADESÃO(ÕES) realizada(s) por órgão ou entidade não participante desta ARP, inclusive indicando providência(s) complementar(es) necessária(s) ou até recomendando o indeferimento fundamentado, observada a legislação vigente;



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

8.2.5. Emitir e encaminhar ofício formalizando a autorização para utilização da ARP por órgão ou entidade aderente, inclusive com a indicação do nome do fornecedor, quantitativos autorizados, valores unitários e totais, prazo de validade da autorização e demais condições de adesão;

8.2.6. Conduzir eventuais procedimentos de alterações dos preços registrados para fins de adequação às novas condições de mercado, observada a legislação vigente;

8.2.7. Propor, conduzir e pronunciar-se nos procedimentos de eventuais reajustes e revisões de preços, como também de cancelamentos e rescisões de registro contidos na presente ARP, bem como realizar, nesses casos, a publicação das novas condições da ARP e comunicação aos órgãos e às entidades participantes;

8.2.8. Propor aplicação, garantida a ampla defesa e o contraditório, de sanções decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas na ARP, ou até em relação ao descumprimento das obrigações contratuais, unicamente referentes às contratações realizadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;

8.2.9. Receber e registrar as contratações efetivamente realizadas pelos órgãos ou entidades aderentes, bem como eventuais sanções por estes aplicadas a(s) licitante(s) contratada(s) por descumprimento das obrigações assumidas na presente ARP;

8.2.10. Instruir os autos de gestão da presente ARP.

8.3. Designar **gestores e fiscais** a plena observância ao Decreto Municipal 5.142/2023, o qual dispõe sobre rotinas administrativas aplicáveis à gestão e fiscalização de contratos no âmbito da Administração Municipal.

8.4. Fica nomeado como Gestor desta ata, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados, conforme o artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/21, o servidor:

8.4.1. **Marcos Rafael Baumgart**, matrícula nº 149853-0, e-mail: compras01@novasantarosa.pr.gov.br, fone contato: (45) 3253-1144;

8.4.2. Como suplente, fica designada a servidora Haricléia Busse, nos termos da Portaria 104/2023.

9. Atribuições do participante

9.1. Ao órgão ou entidade PARTICIPANTE cabe:

9.1.1. Tomar conhecimento da ARP, incluindo eventuais alterações, cancelamentos e revogações, a fim de utilizá-la de forma correta;

9.1.2. Verificar a conformidade das condições registradas na ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas para fins de renegociação ou cancelamento;

9.1.3. Observar e controlar o quantitativo máximo dos itens registrados em seu interesse, evitando contratações acima do limite permitido, bem como a utilização de itens diversos daqueles para os quais solicitou participação no certame;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular;

9.1.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao ÓRGÃO GERENCIADOR.

10. Obrigações do fornecedor

10.1. O FORNECEDOR cujo preço conste registrado na presente ARP obriga-se a:



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

10.1.1. Retirar a respectiva nota de empenho ou autorização de compra, bem como assinar o termo de contrato (se for o caso), no prazo máximo de 05 dias corridos, contados da convocação;

10.1.2. Indicar, no prazo máximo de 05 dias corridos, a concordância ou não em relação à(s) solicitação(ões) de adesão por órgão ou entidade da Administração Pública não participante, indicando expressamente que tal contratação não prejudicaria as obrigações presentes e futuras assumidas para com o ÓRGÃO GERENCIADOR e os participantes;

10.1.3. Observar rigorosamente todas as especificações técnicas, marcas, modelos, condições e prazos fixados no Termo de Referência (ou Projeto Básico) integrante da presente ARP, como também na sua respectiva proposta de preços, ressalvado prova idônea da ocorrência superveniente de fato impeditivo ou dificultador do cumprimento da obrigação, devidamente aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que justifique o fornecimento de bem de qualidade semelhante ou superior, ou a execução de forma diversa que resulte em igual ou superior resultado à contratante;

10.1.4. Respeitar as demais condições e obrigações contidas nos documentos indicados nesta ARP, ressalvada a ocorrência de fato(s) superveniente(s), comprovados(s) e aceito(s) pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;

10.1.5. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela(s) CONTRATANTE(S) referentes às condições firmadas na presente ARP;

10.1.6. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

10.1.7. Prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data de homologação do procedimento licitatório;

10.1.8. Ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos contratantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na ARP;

10.1.9. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

10.1.10. Manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta, todas as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação.

10.2. As solicitações de alterações ou exclusões do registro de preços somente terão validade para os pedidos futuros, sendo obrigação do fornecedor honrar os pedidos já realizados até a data do protocolo do pedido de alteração ou exclusão do registro do preço.

10.3. A contratada deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução da ARP.

10.4. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

11. Publicidade e divulgação

11.1. A formalização da ARP, como também suas possíveis alterações, prorrogações, cancelamento e rescisões, serão publicados e divulgados no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, bem como, em forma de extrato, no Diário Oficial do Município de Nova Santa Rosa-PR.

11.2. Todas as informações do presente registro de preço serão também disponibilizadas, durante sua vigência, no site do ÓRGÃO GERENCIADOR na Internet (<https://novasantarosa.atende.net/>), inclusive com a íntegra da ARP e alterações posteriores.

12. Alterações dos preços registrados



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

12.1. Os preços registrados poderão ser REAJUSTADOS, para mais ou para menos, com base na variação anual do **INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor**, ou outro índice que venha a sucedê-lo, desde que decorridos 12 MESES, contados da apresentação da proposta.

12.2. Decorridos 90 (noventa) dias do ingresso no sistema de registro de preços, o fornecedor poderá pedir a sua exclusão da ata de registro de preços ou solicitar a alteração de seus preços, para mais ou para menos.

12.2.1. A faculdade de exclusão e de alteração dos preços somente poderá ser utilizada quando existirem, no mínimo, 3 (três) fornecedores(as) com preços registrados para o item determinado.

12.2.2. As solicitações de alterações ou exclusões do registro de preços somente terão validade para os pedidos futuros, sendo obrigação do(a) fornecedor(a) honrar os pedidos já realizados até a data do protocolo do pedido de alteração ou exclusão do registro do preço.

12.2.3. Quando não couber o disposto neste artigo, serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos.

12.3. Caberá a parte prejudicada a demonstração do impacto efetivo nos custos em decorrência da área econômica extraordinária havida no mercado, não cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no art. 124 da Lei 14.133/2021.

12.4. Não havendo acordo em relação a pactuação/negociação do preço registrado, será o respectivo registro CANCELADO/REVOGADO, por cada ITEM/GRUPO do objeto registrado, sem aplicação de qualquer sanção a licitante, mantendo-se hígidas e vigentes as contratações já formalizadas ou solicitadas, bem como os demais itens/grupos não afetados pelo desequilíbrio de preços de mercado.

12.5. Em caso do CANCELAMENTO, e havendo CADASTRO RESERVA para o respectivo ITEM/GRUPO, deverão ser realizados os procedimentos previstos no item 4 desta ARP.

12.6. Será admitida a alteração da marca pelo(a) fornecedor(a) sempre que a nova marca indicada cumprir os requisitos previstos em edital.

12.6.1. Nos casos de licitações exclusivas para bens pré-qualificados, o(a) fornecedor(a) poderá apresentar marca aprovada no procedimento de pré-qualificação, ainda que a inclusão tenha ocorrido posteriormente à realização do processo licitatório.

12.6.2. Nos processos de contratação que envolvam análises de amostras, o edital estabelecerá que a alteração de marca somente ocorrerá para as aquisições realizadas após a aprovação da amostra da nova marca, devendo o prazo para a análise estar previsto em edital.

12.6.3. Nas contratações que envolverem a necessidade de padronização da mesma marca durante toda a vigência da ata de registro de preços ou do contrato, o edital poderá prever, justificadamente, a impossibilidade de alteração da marca.

13. Sanções administrativas por descumprimento de obrigações contidas na ARP

13.1. As empresas com preços registrados nesta ARP e signatárias dos respectivos contratos estarão sujeitas às sanções administrativas previstas Termo de Referência, sem prejuízo de outras previstas em legislação pertinente e da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem.

13.2. Ao órgão gerenciador caberá a aplicação de sanções administrativas em relação ao descumprimento direto de obrigação contida nesta ARP, como também aos contratos por ele firmados em decorrência do presente registro de preços.



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

13.3. Cabe a cada órgão ou entidade participante a realização de procedimento para fins de apuração de responsabilidade e aplicação de sanções administrativas nos casos de inadimplemento em suas próprias contratações, comunicando ao gerenciador para fins de registro quaisquer sanções aplicadas.

14. Cancelamento/revogação e rescisão da ARP

14.1. O registro de preços poderá ser CANCELADO/REVOGADO, por ITEM/GRUPO, por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando:

14.1.1. Não houve acordo entre as partes para pactuação/negociação de novo preço nos casos de comprovado desequilíbrio econômico-financeiro em relação ao mercado, conforme regras previstas nesta ARP, Lei 14.133/2021, nos Decretos Municipais, e alterações posteriores.

14.2. Por iniciativa do próprio titular do registro, desde que apresente solicitação formal, bem como haja comprovação de situação que impossibilite o cumprimento das exigências insertas nesta ARP, tendo em vista fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

14.3. Presentes razões de conveniência e oportunidade ao interesse público, devidamente justificadas.

14.4. O registro de preços poderá ser RESCINDIDO, por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, observada a gravidade da conduta e os reflexos em relação ao interesse público, quando o titular do registro:

14.4.1. Não executar de forma total ou parcial qualificada as obrigações presentes nesta ARP;

14.4.2. Recusar-se a retirar e assinar a nota de empenho ou instrumento contratual no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pelo órgão ou entidade Contratante;

14.4.3. Der causa à rescisão administrativa de dois ou mais contratos firmados com base neste ARP;

14.4.4. Não mantiver as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação, salvo irregularidade temporária e sanável em até 30 DIAS;

14.4.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021;

14.5. O cancelamento/revogação do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado da autoridade competente do ÓRGÃO GERENCIADOR, mediante registro em termo de cancelamento/revogação assinado pelas partes interessadas.

14.6. Havendo cancelamento/revogação do registro, não caberá a aplicação de qualquer espécie de sanção administrativa ao titular do registro.

14.7. O cancelamento/revogação do registro na hipótese prevista no item 21.2 desta ARP não poderá ser aceita em prejuízo ao interesse público.

14.8. A rescisão do registro de preços será determinada em decisão unilateral e fundamentada do ÓRGÃO GERENCIADOR, garantido o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo.

14.9. A rescisão do registro de preços poderá ensejar a abertura de procedimento de apuração da responsabilidade e aplicação de sanções administrativas em face do titular do registro.

15. Dos requisitos da contratação

15.1. O prazo de entrega será de 15 (quinze) dias corridos após recebimento da ordem de compra.



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

15.2. Os itens deverão ser entregues nos respectivos endereços de acordo com cada Secretaria solicitante, nos dias de segundas às sextas, entre 8:00h às 11:30h, e entre 13:30h às 17:00h, exceto feriados e recessos:

SECRETARIA	ENDEREÇO
Assistência Social	Rua Guarani, 630, Centro, Nova Santa Rosa – PR – CEP 85.930-000 (CRAS)
Finanças	Av. Tucunduva, 833, Centro, Nova Santa Rosa – PR – CEP 85.930-000 – Sala do Departamento de Compras
Administração e Planejamento	Av. Tucunduva, 833, Centro, Nova Santa Rosa – PR – CEP 85.930-000 – Sala do Departamento Administrativo
Saúde	Rua Guarani, 581, Centro, Nova Santa Rosa – PR – CEP 85.930-000 (CENTRO DE SAÚDE LÍDIA BOLL)
Agricultura, Meio Ambiente e Infraestrutura	Av. Tucunduva, 833, Centro, Nova Santa Rosa – PR – CEP 85.930-000 – Sala da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Infraestrutura
Indústria, Comércio e Turismo	Av. Tucunduva, 833, Centro, Nova Santa Rosa – PR – CEP 85.930-000 – Sala do Empreendedor
Educação e Cultura	Av. Tucunduva, 833, Centro, Nova Santa Rosa – PR – CEP 85.930-000 – Sala do Departamento de Educação
Esportes	Av. Tucunduva, 833, Centro, Nova Santa Rosa – PR – CEP 85.930-000 – Sala do Departamento de Educação
Imprensa	Av. Tucunduva, 833, Centro, Nova Santa Rosa – PR – CEP 85.930-000 – Sala do Departamento de Imprensa

15.3. A administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do Edital e seus anexos.

15.4. Os bens serão recebidos:

15.4.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

15.4.2. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias úteis do recebimento provisório.

15.5. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) corridos, o produto com avarias ou defeitos;

15.5.1. Os itens do presente termo de referência serão recebidos em remessa única, conforme solicitação, em prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos após recebimento da nota de empenho.



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

15.5.2. Fica a contratada obrigada à implementação e execução da logística reversa dos produtos especificados nas normativas próprias.

16. Do preço e condições de pagamento

16.1. Os Preços Registrados são fixos e irrevogáveis, e incluem todos os custos e despesas com material, transporte, seguros, impostos, taxas de qualquer natureza, fretes, inclusive o lucro e toda e qualquer outra despesa ou custo advindo do adimplemento da Ata celebrada entre a DETENTORA DA ATA e o ÓRGÃO GERENCIADOR.

16.2. Nas hipóteses previstas no art. 124, inciso II, alínea "d" da Lei Federal n.º 14.133/21, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá promover o equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preço, mediante processo fundamentado e aceito pela Administração, observando-se também o Decreto Municipal 5.153/2023.

16.3. O pagamento pertinente será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a entrega do objeto, mediante emissão da Nota Fiscal pertinente em nome do Município de Nova Santa Rosa e verificação da conformidade dos serviços prestados/produtos fornecidos, e liquidação do empenho.

16.4. O pagamento do fornecimento efetivado fica condicionado ao processamento regular das contas junto à Secretaria Municipal de Finanças.

16.5. O pagamento será creditado em favor da Município de Nova Santa Rosa, preferencialmente por boleto bancário emitido e entregue junto com a nota fiscal do fornecimento de bens ou de prestação de serviços, ou na ordem bancária, creditada na conta corrente indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

16.6. Em caso do banco o qual a contratada detém conta corrente seja diferente do Banco do Brasil, o município de Nova Santa Rosa não se responsabiliza por eventuais descontos de tarifa no ato do pagamento por transferência bancária, ficando estes a cargo da contratada

16.7. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Secretaria de Finanças do ÓRGÃO GERENCIADOR em favor da DETENTORA DA ATA. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

16.8. Será retido o Imposto de Renda (IR), com base na Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores.

17. Das Infrações e Sanções Administrativas (art. 92, XIV)

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f)** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2. Serão aplicadas a contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

sanções:

i) Advertência, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa:

(1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

(2) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

17.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a Contratada, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

17.8. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

17.11. Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

17.12. Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

18. Disposições finais

18.1. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com a legislação vigente, particularmente com a Lei 14.133/2021, Decretos Municipais e demais legislação pertinente.

18.2. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Marechal Cândido Rondon-PR.

Nova Santa Rosa, 05 de fevereiro de 2024.

Pedro Henrique Drehmer

Órgão Gerenciador



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024

ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº/...., QUE
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE NOVA SANTA ROSA-
PR E A EMPRESA**

MUNICÍPIO DE NOVA SANTA ROSA, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. Tucunduva, 833, inscrito no CNPJ sob o N.º 77.116.663/0001-09, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **NORBERTO PINZ**, em pleno exercício do seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador da cédula de identidade RG nº xxxxx e inscrito no CPF sob nº xxxxxxxxxxxx doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **xxxxxxxxx**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xx, sediada na Rua xx, CEP xx, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por **xx**, brasileiro, (solteiro/casado/divorciado/viúvo), xx, sócio-administrador, inscrito no CPF nº xx, portador do RG nº xx, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº xxx/2024** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decretos Municipais nos: 5.146/2023, 5.152/2023, 5.153/2023, 5.154/2023, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico (SRP) nº xxx/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é o **fornecimento de Material de Limpeza, Material de Copa e Cozinha, Material de Proteção Individual**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta da contratada;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O pagamento pertinente será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a entrega do objeto, mediante emissão da Nota Fiscal pertinente em nome do Município de Nova Santa Rosa e verificação da conformidade dos serviços prestados/produtos fornecidos, e liquidação do empenho.

6.2. O pagamento do fornecimento efetivado fica condicionado ao processamento regular das contas junto à Secretaria Municipal de Finanças.

6.3. O pagamento será creditado em favor do Município de Nova Santa Rosa, preferencialmente por boleto bancário emitido e entregue junto com a nota fiscal do fornecimento de bens ou de prestação de serviços, ou na ordem bancária, creditada na conta corrente indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

6.4. Em caso do banco o qual a contratada detém conta corrente seja diferente do Banco do Brasil, o município de Nova Santa Rosa não se responsabiliza por eventuais descontos de tarifa no ato do pagamento por transferência bancária, ficando estes a cargo da contratada.

6.5. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Secretaria de Finanças do ÓRGÃO GERENCIADOR em favor da DETENTORA DA ATA. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

6.6. Será retido o Imposto de Renda (IR), com base na Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores.

6.7. As demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data da proposta emitida pela contratada, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará a contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada conforme Decreto Municipal 5.142/2023, o qual dispõe sobre rotinas administrativas aplicáveis à gestão e fiscalização de contratos no âmbito da Administração Municipal.

8.5.1. Fica(m) nomeado(s) como Gestor(es) e Suplente deste Contrato, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados, conforme o artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/21, o(s) Sr(s): Marcos Rafael Baumgart, de acordo com a Portaria Municipal 104 de 20 de março de 2023.

8.5.2. Fica(m) nomeado(s) como Fiscal(is) Geral e Suplente deste Contrato, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados, conforme o artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/21, bem como de acordo com a Portaria Municipal 368 de 23 de outubro de 2023 o(s) Sr(s):

SECRETARIA	FISCAL	SUBSTITUTO
Assistência Social	Haritraut Busse	Lilian Baller
Finanças	Leila D. S. Sudbrack	Jaqueline S. Busse
Administração e Planejamento	Rafaely Gonçalves	Haricleia Busse
Saúde	Ligia P. Rambo Ribeiro	Gladis R. Lovatto Silva
Agricultura, Meio Ambiente e Infraestrutura	Volnei Rosa	Paulo R. Couto de Carvalho
Indústria, Comércio e Turismo	Jaime L. Sommerfeld	Laercio J. Hein
Educação e Cultura	Claudiane Buchhorn Ferler	Cristine H. Mendes
Esportes	Edson de Souza Gois	Edson Oliveira Queiroz
Imprensa	Analiza Vissotto	



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Aplicar a Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar a procuradoria jurídica do Município de Nova Santa Rosa para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9.1. A Administração terá o prazo de **30 DIAS**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período, conforme previsto no art. 123, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de **10 DIAS**.

8.11. Comunicar a Contratada na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando couber;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contrato.

9.1.7. O contratante ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

9.1.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de eletrônico, a contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da contratada; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.12. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.15. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.1.19. E demais obrigações previstas no Termo de Referência e ETP, anexos a este.

10. CLAÚSULA DÉCIMA DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

10.1. O prazo de entrega será de 15 (quinze) dias corridos após recebimento da nota de empenho.

10.2. Os itens deverão ser entregues nos respectivos locais de entrega, conforme demanda de cada Secretaria.

10.3. A administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do Edital e seus anexos.

10.4. Os bens serão recebidos:



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

10.4.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

10.4.2. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias úteis do recebimento provisório.

10.5. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) corridos, o produto com avarias ou defeitos;

10.5.1. Os itens do presente termo de referência serão recebidos em remessa única, conforme solicitação, em prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos após recebimento da nota de empenho.

10.5.2. Fica a contratada obrigada à implementação e execução da logística reversa dos produtos especificados nas normativas próprias.

11. CLÁUSULA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

- i) der causa à inexecução parcial do contrato;
- j) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- k) der causa à inexecução total do contrato;
- l) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- m) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- n) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- o) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- p) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas a contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

v) Advertência, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

vi) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

vii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

viii) Multa:

(1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

(2) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a Contratada, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

f) a natureza e a gravidade da infração cometida;

g) as peculiaridades do caso concreto;

h) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

i) os danos que dela provierem para o Contratante;

j) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

12.11. Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da contratada:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Nova Santa Rosa deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

04 – Secretaria de Administração

002 – Departamento Administrativo

04.122.0003.2009 – Manutenção do Departamento Administrativo

3.3.90.30.21.00 – Material de Limpeza e Produtos de Higienização

3.3.90.30.28.00 – Material de Proteção e Segurança

3.3.90.30.19.00 – Material de acondicionamento e embalagem

Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários (livres)

06 – Secretaria de Educação e Cultura

001 – Departamento de Ensino



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

12.361.0007.2018 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.30.21.00 – Material de Limpeza e Produtos de Higienização

3.3.90.30.28.00 – Material de Proteção e Segurança

3.3.90.30.19.00 – Material de acondicionamento e embalagem

Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários (livres)

07 – Secretaria de Saúde

001 – Fundo Municipal de Saúde

010.301.0009.2029 – Atenção Básica a Saúde

3.3.90.30.21.00 – Material de Limpeza e Produtos de Higienização

3.3.90.30.28.00 – Material de Proteção e Segurança

3.3.90.30.19.00 – Material de acondicionamento e embalagem

Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários (livres)

303 - Saúde Recursos Vinculados

10 - Secretaria de Assistência Social

002 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.243.0018.2049 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar

3.3.90.30.21.00 – Material de Limpeza e Produtos de Higienização

3.3.90.30.28.00 – Material de Proteção e Segurança

3.3.90.30.19.00 – Material de acondicionamento e embalagem

Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários (livres)

10- Secretaria de Assistência Social

002- Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0018.2056- Piso básico Fixo

3.3.90.30.21.00 – Material de Limpeza e Produtos de Higienização

3.3.90.30.28.00 – Material de Proteção e Segurança

3.3.90.30.19.00 – Material de acondicionamento e embalagem

Fonte de Recursos: 934 - Bloco de Financiamento da Prot. Social Básica

10 - Secretaria de Assistência Social

002 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0018.2051- Manutenção das Ações do Cras

3.3.90.30.21.00 – Material de Limpeza e Produtos de Higienização

3.3.90.30.28.00 – Material de Proteção e Segurança

3.3.90.30.19.00 – Material de acondicionamento e embalagem

Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários (livres)

11- Secretaria de Esportes

001 - Gabinete da Secretaria de Esportes

27.812.0019.2060 - Manutenção da Secretaria de Esportes

3.3.90.30.21.00 – Material de Limpeza e Produtos de Higienização

3.3.90.30.28.00 – Material de Proteção e Segurança



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

3.3.90.30.19.00 – Material de acondicionamento e embalagem

Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários (livres)

11- Secretaria de Esportes

002 – Departamento de Esportes

27.812.0019.2061- Manutenção das Atividades Desportivas

3.3.90.30.21.00 – Material de Limpeza e Produtos de Higienização

3.3.90.30.28.00 – Material de Proteção e Segurança

3.3.90.30.19.00 – Material de acondicionamento e embalagem

Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários (livres)

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo diário oficial do Município de Nova Santa Rosa - PR.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18. Fica eleito o Foro da Comarca de Marechal Cândido Rondon - PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Nova Santa Rosa, XX de xxxxxxx de 2024.

NORBERTO PINZ

REPRESENTANTE LEGAL

CONTRATANTE

CONTRATADA



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

ANEXO VI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024 - REGISTRO DE PREÇOS

TERMO DE REFERÊNCIA

1- IDENTIFICAÇÃO:

Porcesso Licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, Sistema Registro de Preços para a **Aquisição de Material de Limpeza, Material de Copa e Cozinha e Material de Proteção Individual** para atender as demandas das secretarias desta municipalidade.

2- DEFINIÇÃO DO OBJETO

Estimam-se a aquisição de aproximadamente 93 (NOVENTA E TRÊS) itens para suprir a necessidade das Secretarias Municipais, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

ITEM	QUANT.	APRES.	DESCRIÇÃO MÍNIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1430	UNIDADE	AGUA SANITÁRIA. SOLUÇÃO AQUOSA, PRODUTO A BASE DE CLORO, FRASCO PLÁSTICO; CONTENDO 2 LITROS	R\$ 6,94	R\$ 9.924,20
2	400	UNIDADE	AGUA SANITARIA. SOLUCAO AQUOSA, PRODUTO A BASE DECLORO, FRASCO PLASTICO, EMBALAGEM CONTENDO 1L	R\$ 4,46	R\$ 1.784,00
3	750	UNIDADE	ALCOOL ETILICO PARA LIMPEZA, 46,2%; EMBALAGEM CONTENDO 1L	R\$ 5,31	R\$ 3.982,50
4	100	UNIDADE	ALCOOL GEL. 70° INPM; PESO LIQUIDO MINIMO DE 480GR	R\$ 5,49	R\$ 549,00
5	100	UNIDADE	ÁLCOOL GEL. 70° INPM; PESO LÍQUIDO MÍNIMO DE 5 LITROS	R\$ 61,10	R\$ 6.110,00
6	1500	UNIDADE	ÁLCOOL LIQUIDO 70%; EMBALAGEM CONTENDO 1L	R\$ 7,58	R\$ 11.370,00
7	880	UNIDADE	AMACIANTE. PARA ROUPAS; COMPOSICAO AROMATICA FLORAL; ACONDICIONADO EM FRASCO PLASTICO, CONTENDO 2 LITROS	R\$ 10,52	R\$ 9.257,60
8	30	UNIDADE	AROMATIZANTE AMBIENTAL, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, AROMA SORTIDO, APLICAÇÃO SANITÁRIOS E AMBIENTES EM GERAL 1LT TIPO SPRAY	R\$ 15,29	R\$ 458,70
9	35	UNIDADE	BALDE PLASTICO REFORÇADO MINIMO 12 LITROS	R\$ 21,25	R\$ 743,75
10	55	UNIDADE	BALDE PLÁSTICO REFORÇADO MÍNIMO	R\$ 19,18	R\$



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

			15 LITROS		1.054,90
11	40	UNIDADE	BALDE PLÁSTICO REFORÇADO MINIMO 20 LITROS.	R\$ 18,86	R\$ 754,40
12	50	UNIDADE	BALDE DE PLASTICO; ALCA ACOPLADA NAS LATERAIS; SEM TAMPA; CAPACIDADE PARA 18 LITROS (MIN)	R\$ 14,73	R\$ 736,50
13	30	PAR	BOTA DE SEGURANÇA. COR BRANCA; CANO LONGO, DE BORRACHA, SEM FECHAMENTO, SOLADO ANTIDERRAPANTE; TAMANHO CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA.	R\$ 37,63	R\$ 1.128,90
14	32	PAR	BOTA DE SEGURANÇA. COR PRETA; CANO EXTRA CURTO, DE BORRACHA, SEM FECHAMENTO, SOLADO ANTIDERRAPANTE; TAMANHO CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA.	R\$ 26,72	R\$ 855,04
15	10	UNIDADE	BOTIJÃO TÉRMICO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12 LITROS, TRIPÉ RETRÁTIL, ALÇA EMBUTIDA E TORNEIRA. MARCA DE REFERÊNCIA INVICTA, TERMOLAR	R\$ 99,22	R\$ 992,20
16	50	UNIDADE	CAIXA DE FOSFOROS, CONTENDO 50 UNIDADES DE PALITODE 5CM	R\$ 2,70	R\$ 135,00
17	122	UNIDADE	CERA EM PASTA. INCOLOR. PARA PISOS; EM LATA DE 375G; COMPOSICAO BASICA CARNAUBA, SILICONE, PARAFINA, FORMOL, CORANTES; PRONTA PARA USO	R\$ 14,61	R\$ 1.782,42
18	50	UNIDADE	CERA LÍQUIDA. ANTIDERRAPANTE. INCOLOR; PRONTO USO; EM FRASCO PLÁSTICO, CONTENDO 750ML; PARA UTILIZAÇÃO EM GINÁSIO DE ESPORTES.	R\$ 9,17	R\$ 458,50
19	350	UNIDADE	CERA LIQUIDA. INCOLOR. PARA PISOS; EM FRASCO DE PLASTICO COM 750ML; PARA TODOS OS TIPOS DE PISO; PRONTO USO	R\$ 8,83	R\$ 3.090,50
20	65	UNIDADE	CESTO DE LIXO EM MATERIAL PLASTICO (POLIPROPILENO) COR: PRETO CAPACIDADE DE 12 LITROS, COM NO MINIMO 27 CM DIAMETRO DA BOCA E MAXIMO 35 CM DE ALTURA	R\$ 12,17	R\$ 791,05



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

21	100	CAIXA	COPO DESCARTÁVEL COM CAPACIDADE DE 150 ML - COPO, DESCARTÁVEL, PARA LÍQUIDO QUENTE OU FRIO, MATERIAL: POLIPROPILENO - PP, MASSA MÍNIMA: 1,98 G, COR: BRANCA OPACA, CAPACIDADE: 150ML, APRESENTAÇÃO: CONTER GRAVAÇÃO EM RELEVO, COM CARACTERÍSTICAS VISÍVEIS E DE FORMA INDELÉVEL: MARCA OU IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, CAPACIDADE DO COPO, O SÍMBOLO DE IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL PARA RECICLAGEM E ATENDIMENTO ÀS NORMAS ABNT N.NBR-14865:2012, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ATÓXICO, ISENTO DE SUJIDADES, MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUIROS, DEFORMAÇÕES, BORDAS AFIADAS OU REBARBAS. CAIXA COM 2.500 UNIDADES	R\$ 122,69	R\$ 12.269,00
22	50	CAIXA	COPO DESCARTÁVEL COM CAPACIDADE DE 50 ML - COPO, DESCARTÁVEL, CAFÉ, MATERIAL: POLIPROPILENO - PP, MASSA MÍNIMA: 0,75 G, COR: BRANCA OPACA, CAPACIDADE: 50ML, APRESENTAÇÃO: CONTER GRAVAÇÃO EM RELEVO, COM CARACTERÍSTICAS VISÍVEIS E DE FORMA INDELÉVEL: MARCA OU IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, CAPACIDADE DO COPO, O SÍMBOLO DE IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL PARA RECICLAGEM E O ATENDIMENTO ÀS NORMAS ABNT N.NBR-14865:2012, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ATÓXICO, ISENTO DE SUJIDADES, MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUIROS, DEFORMAÇÕES, BORDAS AFIADAS OU REBARBAS- CAIXA COM 5.000 UNIDADES	R\$ 139,97	R\$ 6.998,50
23	2100	UNIDADE	DESINFETANTE. BACTERICIDA; LÍQUIDO; NÃO TOXICO; ACONDICIONADO EM FRASCO ADEQUADO, CONTENDO 2L;	R\$ 10,90	R\$ 22.890,00
24	4450	UNIDADE	DETERGENTE LÍQUIDO. PARA LOUÇA, EMBALAGEM CONTENDO 500ML; NEUTRO PARA LAVAGEM DE LOUÇA E UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA, COMPOSTO POR MATÉRIA ATIVA DETERGENTE, PH SITUADO ENTRE 5,5 A	R\$ 3,26	R\$ 14.507,00



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

			8,0. MARCA DE REFERÊNCIA: LIMPOL, YPÊ, MINUANO		
25	40	UNIDADE	DISPENSER PARA PAPEL TOALHA PARA FIXAÇÃO NA PAREDE, PLÁSTICO, NA COR BRANCO, DIMENSÕES APROX.. ALTURA: 29 CM X LARGURA: 27 CM X COMPRIMENTO: 16 CM.	R\$ 18,22	R\$ 728,80
26	40	UNIDADE	DISPENSER PARA SABONETE PARA FIXAÇÃO NA PAREDE, PLÁSTICO, CAPACIDADE DE 400ML, ACIONAMENTO POR MEIO DA TECLA APERTE, NA COR BRANCO, DIMENSÕES APROX.. ALTURA: 21 CM X LARGURA: 9 CM X PROFUNDIDADE: 9 CM.	R\$ 23,06	R\$ 922,40
27	15	UNIDADE	ESCORREDOR DE LOUÇAS DE PLASTICO	R\$ 7,37	R\$ 110,55
28	50	UNIDADE	ESCOVA PARA LAVAR ROUPAS. MULTIUSO; COMPOSIÇÃO: CERDAS DE MATERIAL SINTÉTICO E BASE DE MADEIRA.	R\$ 3,91	R\$ 195,50
29	40	UNIDADE	ESCOVA PARA LIMPEZA DE PLASTICO COM ALÇA, TAMANHO MIN. DE COMP. 10CM E LARG. 6 CM - COM CERDAS MACIAS	R\$ 6,25	R\$ 250,00
30	80	UNIDADE	ESCOVA PARA VASO SANITARIO. COM SUPORTE; CABO PLASTICO	R\$ 19,49	R\$ 1.559,20
31	130	UNIDADE	ESPONJA DE AÇO INOXIDÁVEL DE LONGA DURAÇÃO PARA LIMPAR PANEAS 10G - EMBALAGEM 1 UNID	R\$ 2,23	R\$ 289,90
32	400	PACOTE	ESPONJA DE AÇO. PARA LIMPEZA; LONGA DURAÇÃO EM AÇO CARBONO; PACOTE COM 8 UNIDADES, EXCELENTE QUALIDADE;	R\$ 1,81	R\$ 724,00
33	100	UNIDADE	ESPONJA PARA LIMPEZA. ANTIRRISCO. DUPLA FACE, NO TAMANHO MÍNIMO DE 110MM X 75MM X 20MM, COR AZUL; LIMPEZA DE LOUÇAS; EMBALAGEM COM 03 UNIDADES, ALTA QUALIDADE.	R\$ 6,12	R\$ 612,00
34	650	UNIDADE	ESPONJA PARA LIMPEZA. MULTIUSO. DUPLA FACE, RETANGULAR NO TAMANHO MÍNIMO DE 110MM X 75MM X 20MM, COR VERDE E AMARELA; LIMPEZA PESADA; EMBALAGEM COM 03	R\$ 4,71	R\$ 3.061,50



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

			UNIDADES.		
35	30	UNIDADE	FILTRO DE CAFÉ DE PAPEL - TAM GRANDE (103) - EMBALAGEM	R\$ 4,77	R\$ 143,10
36	400	UNIDADE	FLANELA. PARA LIMPEZA; 100% ALGODÃO, NA COR LARANJA; MEDINDO APROXIMADAMENTE 280MMX580MM (LARG X COMP)	R\$ 1,95	R\$ 780,00
37	100	UNIDADE	FORMICIDA. TIPO GEL; EMBALAGEM CONTENDO 10G	R\$ 5,43	R\$ 543,00
38	50	UNIDADE	FRASCO TIPO PICO DE PATO, CAPACIDADE 500ML PARA ÁLCOOL EM GEL.	R\$ 6,03	R\$ 301,50
39	50	UNIDADE	GARRAFA TÉRMICA EM INOX COM PRESSÃO - CAPACIDADE 1,8 L - TAMPA, CORTA GOTAS, ALÇA E PULSADOR. MEDIDA DO PRODUTO: 15X20X39 CM (LXCXA). PESO DO PRODUTO: 1150 GRAMAS	R\$ 75,81	R\$ 3.790,50
40	370	UNIDADE	INSETICIDA DOMESTICO. TIPO AEROSOL; EMBALADO EM FRASCO METALICO CONTENDO 300ML	R\$ 14,27	R\$ 5.279,90
41	85	UNIDADE	ISQUEIRO	R\$ 5,53	R\$ 470,05
42	65	UNIDADE	LIMPA VIDROS. EM EMBALAGEM PLASTICA; COM GATILHO PULVERIZADOR; CONTENDO 500ML	R\$ 17,87	R\$ 1.161,55
43	330	UNIDADE	LIMPA VIDROS. EM EMBALAGEM PLÁSTICA; CONTENDO 500ML;	R\$ 8,11	R\$ 2.676,30
44	25	UNIDADE	LIMPADOR DE ALUMÍNIO LÍQUIDO, INDICADO PARA LIMPAR E REALÇAR BRILHO EM PANEAS, ASSADEIRAS E DEMAIS UTENSÍLIOS DE COZINHA. COMPOSIÇÃO: ÁCIDO GLICÓLICO 70% , ACIDIFICANTE TENSOATIVO ANIÔNICO, AGENTE DE CONTROLE DE PH, CONSERVANTE, CORANTE E VEÍCULO. EMBALAGEM 500ML	R\$ 5,70	R\$ 142,50
45	850	UNIDADE	LIMPADOR MULTIUSO. USO DOMESTICO; LIQUIDO; EM FRASCO PLASTICO, EMBALAGEM SQUEEZE; CONTENDO 500ML (MIN)	R\$ 6,07	R\$ 5.159,50
46	45	UNIDADE	LIXEIRA DE PLASTICO COM PEDAL	R\$ 22,98	R\$



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

			CAPACIDADE 07 LITROS		1.034,10
47	50	UNIDADE	LIXEIRA EM POLIPROPILENO, CAPACIDADE 30 LITROS A PEDAL E COM RODIZIO.	R\$ 60,93	R\$ 3.046,50
48	52	UNIDADE	LIXEIRA EM POLIPROPILENO, CAPACIDADE 50 LITROS A PEDAL E COM RODIZIO.	R\$ 99,74	R\$ 5.186,48
49	90	UNIDADE	LUSTRA MOVEIS. EMBALAGEM PLASTICA CONTENDO 200ML (MIN)	R\$ 6,62	R\$ 595,80
50	80	PAR	LUVAS PARA LIMPEZA. DE LÁTEX; TAMANHOS P,M E G; EM EMBALAGEM CONTENDO 01 PAR. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	R\$ 4,76	R\$ 380,80
51	310	CAIXA	LUVA DE POLIETILENO. PAR DE LUVAS CONFECCIONADA EM POLIETILENO, AMBIDESTRA, TRANSPARENTE, PUNHO CURTO. COMPRIMENTO DE 28 CM E ESPESSURA DE 24 MICRAS. O PRODUTO DEVERÁ SER IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO DA PEÇA E QUANTIDADE. COM GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. TAMANHO: ÚNICO EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	R\$ 4,68	R\$ 1.450,80
52	350	CAIXA	LUVAS DE PROCEDIMENTO LÁTEX TAM. M E G, ANATÔMICAS BORRACHA NATURAL (LÁTEX), LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, APROVADAS PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO (CA), COM 100 UNIDADES.	R\$ 19,87	R\$ 6.954,50
53	130	PAR	LUVAS PARA LIMPEZA CANO LONGO (PUNHO LONGO) DE NO MÍNIMO 20CM, PARA PROTEÇÃO DE ANTEBRAÇO. DE LÁTEX; TAMANHOS P, M E G; EM EMBALAGEM CONTENDO 01 PAR	R\$ 10,18	R\$ 1.323,40
54	220	PACOTE	NAFTALINA. HIDROCARBONETO AROMATICO, APRESENTADO EM BOLAS; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, CONTENDO 20GRS(MIN)	R\$ 3,19	R\$ 701,80
55	640	UNIDADE	ODORIZADOR DE AMBIENTES. AEROSOL; EMBALADO ADEQUADAMENTE; LATA CONTENDO 360ML; (MIN)	R\$ 15,24	R\$ 9.753,60



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

56	2650	UNIDADE	ODORIZADOR SANITARIO. TIPO PEDRA,ARREDONDADA, COMSUPORTE PLASTICO; EM CONSISTENCIA SOLIDA; ADEQUADAMENTE EMBALADO; EMBALAGEM COM 1 PEDRA E 1GANCHO. PESO MIN. 25G	R\$ 2,11	R\$ 5.591,50
57	75	UNIDADE	PÁ DE LIXO DE PLÁSTICO - CABO CURTO	R\$ 6,15	R\$ 461,25
58	200	UNIDADE	PANO DE CHÃO, DE ALGODÃO CRU ALVEJADO PARA LIMPEZA DE CHÃO; MEDINDO 45X65CM. TIPO SACO.	R\$ 7,58	R\$ 1.516,00
59	260	UNIDADE	PANO DE COPA/PRATO - PANO PARA SECAR PRATO, DE COR BRANCA, COM ACABAMENTO, SEM ESTAMPA, 100% ALGODÃO, ATOALHADO, MEDINDO 46X62CM, (SENDO PERMITIDA UMA VARIAÇÃO DE 5CM PARA MAIS OU PARA MENOS), ALTA ABSORÇÃO, ALVEJADO.	R\$ 7,62	R\$ 1.981,20
60	670	FARDO	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO FOLHA DUPLA - PAPEL HIGIÊNICO, FOLHA DUPLA DE ALTA QUALIDADE, MEDIDA: 10CMX30M (TOLERÂNCIA 2%), FRAGRÂNCIA: NEUTRA, COR: BRANCA, COMPOSIÇÃO: 100% FIBRAS DE CELULOSE VIRGEM - NÃO RECICLADO, APRESENTAÇÃO: GOFRADO, COM PICOTE, ALTA ABSORÇÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUSÊNCIA DE FUROS, RASGOS, MANCHAS, CHEIRO OU QUAISQUER SUBSTÂNCIAS NOCIVAS A SAÚDE, ROLO30 METROS; FARDO COM 64 ROLOS; ROTULAGEM CONTENDO: C/ IDENTIFICACAO DA CLASSE, MARCA, QUANTIDADE DE ROLOS; AROMA, METRAGEM DO PAPEL; NOME DO FABRICANTE E FANTASIA, CNPJ; EMAIL,TELEFONE DO SAC; EMBALAGEM COM BOA VISIBILIDADE DO PRODUTO;	R\$ 141,05	R\$ 94.503,50
61	340	PACOTE	PAPEL TOALHA (EMBALAGEM C/ 2 ROLOS DE 22CM X 20 CM CADA)	R\$ 6,09	R\$ 2.070,60
62	4150	PACOTE	PAPEL TOALHA COR BRANCA, PACOTE COM 1000 FOLHAS TAM.22,5X21CM	R\$ 14,53	R\$ 60.299,50
63	135	UNIDADE	PRENDEDOR DE ROUPA MADEIRA - PACOTE COM 12 UNIDADES	R\$ 3,09	R\$ 417,15



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

64	100	UNIDADE	PROTETOR SOLAR FPS 50 120ML, COM A COMPOSIÇÃO DE ÁGUA, ACETATO DE VITAMINA E, ÁLCOOL ESTEARÍLICO, BENZOATO DE ALQUILA C12-15, BIS ETILEXILOXIFENOL METOXIFENIL TRIAZINA, BUTILCARBAMATO DE IODOPROPINILA, BUTILENO GLICOL, CARBÔMERO, POTÁSSIO FOSFATO DE CETILA, CROSPOLÍMERO DE ACRILATOS/ ACRILATO DE ALQUILA C10-30, DIMETICONA, DIÓXIDO DE TITÂNIO, EDTA DISSÓDICO, FENOXIETANOL, FRAGRÂNCIA, ISOESTEARATO DE ISOPROPILA, METOXICINAMATO DE ETILEXILA, PALMITATO DE CETILA, SALICILATO DE ETILEXILA, TETRAIDROXIPROPIL ETILENODIAMINA, TRIBERRENINA, TRICONTANIL PVP.	R\$ 37,08	R\$ 3.708,00
65	20	UNIDADE	PROTETOR FACIAL: SUPORTE PARA DISTANCIAMENTO DO ROSTO - EM ACRÍLICO 5 MM. VISEIRA - CONFECCIONADA EM PTG ANTI IMPACTO, TAMANHO APROXIMADO DE 26 X 26 CM. ALÇA PARA APOIO DA CABEÇA EM PTG 1MM, TAMANHO APROXIMADO DE 32 CM X 3CM. SUPORTE PARA REGULAGEM DE CABEÇA, EM PTG 1MM, TAMANHO APROXIMADO DE 25 X 2,5 CM. MATERIAL QUE ATENDE A EXIGÊNCIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E ANVISA. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: COR-INCOLOR; VISEIRA ARTICULÁVEL; MATERIAL-ACRÍLICO; PESO: 250 GRAMAS.	R\$ 49,70	R\$ 994,00
66	170	UNIDADE	QUEROSENE. 100% HIDROCARBONETO; EM FRASCO PLASTICO CONTENDO 800ML (MIN); PARA LIMPEZA	R\$ 18,20	R\$ 3.094,00
67	60	UNIDADE	RATICIDA, VENENO PARA RATOS; EMBALAGEM COM NO MINIMO 25G	R\$ 1,46	R\$ 87,60
68	140	UNIDADE	RODO DE MADEIRA. COM ESPUMA. 35 CM (MÍN). MULTIUSO; COM CABO DE MADEIRA, MEDINDO 150CM	R\$ 13,84	R\$ 1.937,60
69	80	UNIDADE	RODO DE ALUMINIO. COM BORRACHA. 60CM (MÍN) BASE DE ALUMINIO; CABO DE ALUMÍNIO EXTRA GRANDE, COM FIXAÇÃO REFORÇADA, MEDINDO 150CM.	R\$ 50,20	R\$ 4.016,00



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

70	100	UNIDADE	RODO DE MADEIRA COM BORRACHA. 40 CM (MÍN) BASE DE POLIPROPILENO; CABO DE MADEIRA, ROSCA, MEDINDO 150CM	R\$ 12,87	R\$ 1.287,00
71	50	UNIDADE	RODO DE MADEIRA COM BORRACHA. 80 CM (MÍN) BASE DE POLIPROPILENO; CABO DE MADEIRA, COM ROSCA, MEDINDO 150CM	R\$ 36,98	R\$ 1.849,00
72	275	UNIDADE	RODO DE MADEIRA COM ESPUMA E ABRASIVO VERDE. 35 CM (MÍN). LIMPEZA PESADA; CABO MEDINDO 150CM;	R\$ 16,49	R\$ 4.534,75
73	68	UNIDADE	RODO DE MADEIRA. COM BORRACHA. 60CM (MÍN) BASE DE POLIPROPILENO; CABO DE MADEIRA, COM ROSCA, MEDINDO 150CM	R\$ 19,29	R\$ 1.311,72
74	110	PACOTE	SABAO DE ALCOOL. EM BARRAS; PARA LIMPEZA; EM EMBALAGEM CONTENDO 5 UNIDADES 200GR CADA	R\$ 15,86	R\$ 1.744,60
75	80	PACOTE	SABAO EM BARRA. NEUTRO. SEM GLICERINA; EM EMBALAGEM COM 05 UNIDADES, PESANDO 200G CADA	R\$ 14,25	R\$ 1.140,00
76	1700	UNIDADE	SABÃO EM PÓ COM ATIVO CONCENTRADO, EMBALAGEM EM CAIXA DE PAPEL RECICLÁVEL, CONTENDO NO MÍNIMO 800 GRAMAS; CONTENDO TENSO ATIVO BIODEGRADÁVEL E PIGMENTO AZUL. MARCA DE REFERÊNCIA: OMO	R\$ 14,59	R\$ 24.803,00
77	283	UNIDADE	SABONETE LÍQUIDO DE ALTA EFICIÊNCIA LIMPADORA, NÃO AGRIDE A PELE - POSSUI PH NEUTRO, PH 100%: 5,5 - 6,0. COMPOSIÇÃO: ACQUA, DISODIUM EDTA, COCAMIDE DEA, METHYLCHLOROISOTHIAZOLINONE, METHYLISOTHIAZOLINONE, CITRIC ACID, SODIUM LAURETH SULFATE, LAURETH-2, SODIUM CITRATE, VALIDADE 24 MESES, FRAGRÂNCIA DIVERSAS; GALÃO COM 5LITROS	R\$ 35,71	R\$ 10.105,93
78	350	UNIDADE	SABONETE. EM TABLETE; COMUM; SUAVE; 90GR, PARA HIGIENE CORPORAL;	R\$ 3,06	R\$ 1.071,00
79	260	PACOTE	SACO PARA LIXO. CAPACIDADE PARA 100 LITROS; DE POLIETILENO; REFORÇADO DE NO MÍNIMO 7 MICRAS (DEVERÁ ESTAR ESPECIFICADO NA EMBALAGEM) ;	R\$ 75,50	R\$ 19.630,00



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

			EMBALAGEM COM 100UNID		
80	290	PACOTE	SACO PARA LIXO. CAPACIDADE PARA 15 LITROS; DE POLIETILENO; REFORCADO; EMBALAGEM COM 100 UNID	R\$ 19,25	R\$ 5.582,50
81	200	UNIDADE	SACO PARA LIXO. CAPACIDADE PARA 150 LITROS; DE POLIETILENO; REFORÇADO REFORÇADO DE NO MÍNIMO 7 MICRAS (DEVERÁ ESTAR ESPECIFICADO NA EMBALAGEM); EMBALAGEM COM 100 UNID	R\$ 99,52	R\$ 19.904,00
82	310	PACOTE	SACO PARA LIXO. CAPACIDADE PARA 30 LITROS; DE POLIETILENO; REFORCADO; EMBALAGEM COM 100 und	R\$ 23,90	R\$ 7.409,00
83	350	PACOTE	SACO PARA LIXO. CAPACIDADE PARA 50 LITROS; DE POLIETILENO; PICOTADO E REFORCADO; EMBALAGEM COM 40 UNIDADES (MIN);	R\$ 30,62	R\$ 10.717,00
84	150	UNIDADE	SAPONÁCEO EM PÓ. Frasco c/ 300grs, COM DETERGENTE, TAMPA ABRE E FECHA, COMPOSIÇÃO: PÓ MINERAL M2000, DODENSIL, BENZENO SILFINATO DE SÓDIO, SOLICATO ALCALINO, CLORO, CONTÉM TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL.	R\$ 6,94	R\$ 1.041,00
85	560	UNIDADE	SAPONÁCEO LÍQUIDO CREMOSO, COM CLORO ATIVO, EMBALAGEM 300ML, TAMPA ABRE-FECHA, APLICAÇÃO; LIMPEZA DE SUPERFÍCIES DE INOX, ESMALTADOS, FÓRMICAS.	R\$ 9,17	R\$ 5.135,20
86	65	UNIDADE	SODA CAUSTICA. EM ESCAMAS; DE ALTA QUALIDADE, COMPOSTA DE HIDROXIDO DE SODIO; ADEQUADAMENTE EMBALADA EM POTE PLASTICO; CONTENDO 1KG	R\$ 24,76	R\$ 1.609,40
87	20	UNIDADE	SUPORTE PARA FILTRO DE CAFÉ - TAM GRANDE (103)	R\$ 11,43	R\$ 228,60
88	410	UNIDADE	TOALHA DE BANHO. 100% ALGODÃO; MEDINDO NO MÍNIMO 0,65M X 1,30M, CORES ESCURAS.	R\$ 25,25	R\$ 10.352,50
89	260	UNIDADE	TOALHA DE ROSTO. 100% ALGODÃO; MEDINDO NO MÍNIMO 0,42M X 0,75M, CORES ESCURAS.	R\$ 10,90	R\$ 2.834,00
90	70	UNIDADE	TOALHA PARA PISO/PÉS - TAM. 50X70 - 100% ALGODÃO. CORES ESCURAS.	R\$ 13,51	R\$ 945,70



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

91	150	UNIDADE	VASSOURA DE FIBRA PARA LIMPEZA EXTERNA, BASE MIN LARGURA 40CM, GARI, COM CABO	R\$ 29,91	R\$ 4.486,50
92	110	UNIDADE	VASSOURA DE NYLON. USO DOMESTICO; CEPA EM POLIPROPILENO; SISTEMA DE ROSCA PARA FIXACAO DO CABO; BASE COM 30CM (MIN); CERDAS DE NYLON	R\$ 14,56	R\$ 1.601,60
93	320	UNIDADE	VASSOURA DE PALHA. USO DOMESTICO; CEPA EM PALHA; TIPO 5 FIOS; AMARRACAO COM ARAME; CABO DE MADEIRA MEDINDO 120CM; CERDAS DE PALHA	R\$ 31,32	R\$ 10.022,40
VALOR TOTAL					R\$ 501.977,49

2.1. A presente licitação tem como objetivo o Registro de Preços, para aquisição destes materiais, uma vez que se trata de uma estimativa de demanda, a qual ocorre ao longo do exercício financeiro, além da flexibilidade e economicidade para administração, já que não haverá a obrigatoriedade da contratação do objeto como um todo, mas sim de acordo com as necessidades.

2.2. Os quantitativos estão justificados conforme item VII do Estudo Técnico Preliminar.

2.3. O prazo do contrato será de 12 (doze) meses conforme art.84 da lei federal nº14.133/21, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, seguindo as disposições da referida lei.

2.4. Os produtos, objeto desta licitação deverão atender as especificações mínimas exigidas neste Anexo I.

2.5. Os produtos a serem fornecidos, deverão ser **de 1ª linha, de boa qualidade**, obedecer às normas técnica da ABNT e INMETRO, atender eficazmente às finalidades que dele naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.

2.6. Os dizeres de rotulagem devem estar de acordo com as disposições legais vigentes.

2.7. - Não serão aceitos produtos com irregularidade na rotulagem (ausência da data de fabricação, prazo de validade, validade alterada, rasuras), bem como produtos com validade inferior àquela descrita na rotulagem.

2.8. Os volumes das apresentações são mínimos, podendo a empresa apresentar material com volumes maiores, porém os preços da licitação obedecerão aos volumes referidos;

2.9. Os produtos deverão ter validade mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da Nota Fiscal.



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

2.10. Não serão aceitos produtos com prazo de validade inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da Nota Fiscal.

2.11 – Os produtos referentes ao processo licitatório em comento, **deverão ser entregues nos locais solicitados pelas Secretarias**, no Município de Nova Santa Rosa, sem qualquer acréscimo de despesa com entrega e ou transporte, seja na sede ou nos distritos.

2.12 - Os produtos deverão ser entregues até 15 (quinze) dias, corridos, do recebimento da ordem de compra, sem qualquer acréscimo de despesa com entrega e ou transporte.

2.13 - Todos os produtos serão recebidos e conferidos por servidores designados pela Secretaria Solicitante, bem como podendo ser fiscalizado pelos respectivos fiscais de contrato.

2.14. A presente aquisição trata-se de um serviço contínuo, o qual por sua falta poderá acarretar em grande prejuízo às unidades que dependem do mesmo, bem como para a administração pública, pois é de suma importância principal é manter a limpeza e higiene em todos os ambientes dos espaços públicos, bem como oferecer um atendimento diferenciado à população que frequentam estes locais, proporcionando melhores condições de trabalho aos servidores.

2.15. Não obstante, é nítido que, a higiene e limpeza asseguram um ambiente saudável e criam hábitos que irão melhorar o desempenho e o desenvolvimento de todos os envolvidos e que a contratação do objeto, ora em tela, é imprescindível para darmos continuidade nas atribuições inerentes à administração pública para que ocorra o bom funcionamento dos serviços essenciais ao desenvolvimento desta gestão, que continuará trazendo benefícios diretos e indiretos aos servidores e à população.

3- FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO.

3.1. - A fundamentação da contratação e seus quantitativos encontra-se especificada no item VII do ETP. A aquisição em tela justifica-se pela necessidade da aquisição de materiais de limpeza e higienização para atender as unidades de ensino pertencentes a este município, conforme especificações técnicas apresentadas neste documento. Ressalta-se que tal aquisição é realizada anualmente por esta pasta, com a finalidade também de suprir o fornecimento interno do Almoxarifado, para oferecer assim atendimento de forma satisfatória às constantes demandas dos setores ligados à Secretaria Municipal de Educação.

3.2. - A sua manutenção e continuidade das atividades desenvolvidas de higienização e limpeza prepara o ambiente, mantendo a ordem, e proporcionando maior segurança, favorecendo o bom desempenho das ações a serem desenvolvidas e melhorando assim, a qualidade dos serviços ofertados.

4 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. A descrição como um todo se encontra detalhada no tópico **VI** do ETP (Estudo Técnico Preliminar) anexo a este processo.



5 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. O cometimento de irregularidades no procedimento licitatório ou na execução do contrato administrativo sujeitará o particular à aplicação de sanções administrativas, nos termos das Leis Federais nº 14.133/2021.

5.2. As irregularidades praticadas na execução do contrato administrativo sujeitarão a CONTRATADA às seguintes sanções:

I – multa, observados os seguintes limites máximos:

- a) Pelo atraso no fornecimento e/ou prestação dos serviços, em relação ao prazo estipulado.
- b) Pela recusa no fornecimento e/ou em prestar o serviço no prazo estipulado.
- c) Pela demora em refazer o fornecimento e/ou o serviço rejeitado ou corrigir falhas do serviço, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição.
- d) Pela recusa da CONTRATADA em corrigir as falhas no fornecimento e/ou na prestação do serviço, entendendo-se como recusa prestação do serviço não efetivado.
- e) Objetivando evitar dando ao erário, a administração poderá adotar medida cautelar para suspender o pagamento à CONTRATADA na proporção do valor de eventual multa a ser aplicada até o término do processo administrativo.

5.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

5.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

6 – DEFINIÇÕES DE RESULTADOS PRETENDIDOS

6.1. O prazo de entrega será de 15 (quinze) dias corridos após recebimento da ordem de compras.

6.2. Os itens deverão ser entregues nos endereços das Secretarias demandantes, de acordo com a ordem de compras emitida.

6.3. A administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do Edital e seus anexos.

6.4. Os bens serão recebidos:

6.4.1. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação.

6.5. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) corridos, o produto com avarias ou defeitos;

6.6. Os itens do presente termo de referência serão recebidos em remessa única, conforme solicitação, em prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos após recebimento da nota de empenho.

6.7. Os bens deverão ser entregues:

6.7.1.

Os itens deverão ser entregues nos respectivos endereços de acordo com cada Secretaria solicitante, nos dias de segundas às sextas, entre 8:00h às 11:30h, e entre 13:30h às 17:00h, exceto feriados e recessos:



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

SECRETARIA	ENDEREÇO
Assistência Social	Rua Guarani, 630, Centro, Nova Santa Rosa – PR – CEP 85.930-000 (CRAS)
Finanças	Av. Tucunduva, 833, Centro, Nova Santa Rosa – PR – CEP 85.930-000 – Sala do Departamento de Compras
Administração e Planejamento	Av. Tucunduva, 833, Centro, Nova Santa Rosa – PR – CEP 85.930-000 – Sala do Departamento Administrativo
Saúde	Rua Guarani, 581, Centro, Nova Santa Rosa – PR – CEP 85.930-000 (CENTRO DE SAÚDE LÍDIA BOLL)
Agricultura, Meio Ambiente e Infraestrutura	Av. Tucunduva, 833, Centro, Nova Santa Rosa – PR – CEP 85.930-000 – Sala da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Infraestrutura
Indústria, Comércio e Turismo	Av. Tucunduva, 833, Centro, Nova Santa Rosa – PR – CEP 85.930-000 – Sala do Empreendedor
Educação e Cultura	Av. Tucunduva, 833, Centro, Nova Santa Rosa – PR – CEP 85.930-000 – Sala do Departamento de Educação
Esportes	Av. Tucunduva, 833, Centro, Nova Santa Rosa – PR – CEP 85.930-000 – Sala do Departamento de Educação
Imprensa	Av. Tucunduva, 833, Centro, Nova Santa Rosa – PR – CEP 85.930-000 – Sala do Departamento de Imprensa

6.7.2. Os materiais serão recebidos, analisados e conferidos pela comissão de recebimento designada por esta secretaria, a qual além de realizar a fiscalização minuciosa sobre o objeto, confere se o mesmo está de acordo com a nota de empenho e nota fiscal, em relação a descritivo, quantidade e valor.

7 – EXECUÇÃO DO OBJETO

Fica(m) nomeado(s) como Gestor(es) e Suplente deste Contrato, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados, conforme o artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/21, o(s) Sr(s): Marcos Rafael Baumgart, de acordo com a Portaria Municipal 104 de 20 de março de 2023.

Fica(m) nomeado(s) como Fiscal(is) Geral e Suplente deste Contrato, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados, conforme o artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/21, bem como de acordo com a Portaria Municipal 368 de 23 de outubro de 2023 o(s) Sr(s):

SECRETARIA	FISCAL	SUBSTITUTO
Assistência Social	Haritraut Busse	Lilian Baller
Finanças	Leila D. S. Sudbrack	Jaqueline S. Busse
Administração e	Rafaely Gonçalves	Haricleia Busse



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

Planejamento		
Saúde	Ligia P. Rambo Ribeiro	Gladis R. Lovatto Silva
Agricultura, Meio Ambiente e Infraestrutura	Volnei Rosa	Paulo R. Couto de Carvalho
Indústria, Comércio e Turismo	Jaime L. Sommerfeld	Laercio J. Hein
Educação e Cultura	Claudiane Buchhorn Ferler	Cristine H. Mendes
Esportes	Edson de Souza Gois	Edson Oliveira Queiroz
Imprensa	Analiza Vissotto	

7.1. Fica atribuído a estes servidores:

7.1.1. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

7.1.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

7.1.3. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

7.4. Os servidores designados para esta fiscalização, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8 – CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

8.1. De acordo com as disposições do art.140 da Lei Federal nº 14.133/21, o objeto será recebido:

8.1.1. Provisoriamente pelos responsáveis por seu acompanhamento e fiscalização, em conformidade do material com as exigências contratuais;

8.1.2. Definitivamente pelos servidores designados e pela comissão competente, após comprovada às exigências contratuais;

8.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

8.4. O pagamento deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da finalização da liquidação da despesa.

8.5. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditado em conta e de acordo com os dados informados pela empresa/contratada.

8.6. O pagamento poderá ser realizado por meio de emissão de boleto bancário, ou transferência bancária.

8.7. O pagamento será efetuado, preferencialmente, através de **Boleto Bancário**, devendo para tanto a Empresa vencedora entregar juntamente com a Nota Fiscal no ato da entrega.

8.7.1 No caso de pagamentos via transferência bancária para qualquer banco e conta corrente designado pela Contratada que seja diferente do Banco do Brasil, a Contratante não se responsabiliza



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

pelo pagamento do desconto realizado na operação bancária relacionado à cobrança de tarifas ocorrida pela transferência, **ficando estes a cargo da contratada.**

8.8. Caso transcorra o prazo definido no item anterior sem que a Administração efetue o pagamento, o valor a ser pago deverá ser corrigido através do índice oficial INPC/IBGE desde a data em que deveria ter sido pago até o efetivo pagamento.

8.9. Do pagamento a ser efetuado serão deduzidas as retenções que forem necessárias e previstas legalmente.

8.10. Caso transcorra o prazo definido no item anterior sem que a Administração efetue o pagamento, o valor a ser pago deverá ser corrigido através do índice oficial INPC/IBGE desde a data em que deveria ter sido pago até o efetivo pagamento.

8.11. Do pagamento a ser efetuado serão deduzidas as retenções que forem necessárias e previstas legalmente.

8.11.1. Deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55 e Boleto Bancário.

8.11.2. A Nota Fiscal deverá constar a discriminação dos itens, número da licitação, número do Contrato e/ou Ata de Registro de Preço e outros dados que julgar convenientes, não apresente rasura e/ou entrelinhas.

8.11.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta de preços, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou matriz.

8.11.4. A liberação do pagamento fica condicionada a apresentação de: Prova de regularidade com a Fazenda Federal (UNIFICADA) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), demonstrando situação regular da Empresa no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei e Prova com a regularidade Municipal da Sede ou domicílio da Contratante (NEGATIVA MUNICIPAL DE NOVA SANTA ROSA).

8.11.5. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9 - FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório, na modalidade **PREGÃO SOB A FORMA ELETRÔNICA**, sob critério de **MENOR PREÇO**, adotando o sistema de **REGISTRO DE PREÇO**.

9.2. Entende-se ser juridicamente possível que a Administração formule exigências de qualificação técnica dos fornecedores no caso de compras de bens, com fundamento no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, caso verifique que a medida é indispensável à garantia do cumprimento das obrigações pertinentes à execução do objeto.

10 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado do valor total da contratação é de aproximadamente R\$ 501.977,49 (quinhentos e um mil novecentos e setenta e sete reais quarenta e nove centavos).

11 – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS

11.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e o da Portaria Municipal 368 de 23 de outubro de 2023, são designados como responsável pela gestão e fiscalização do objeto do contrato:



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

SECRETARIA	FISCAL	SUBSTITUTO
Assistência Social	Haritraut Busse	Lilian Baller
Finanças	Leila D. S. Sudbrack	Jaqueline S. Busse
Administração e Planejamento	Rafaely Gonçalves	Haricleia Busse
Saúde	Ligia P. Rambo Ribeiro	Gladis R. Lovatto Silva
Agricultura, Meio Ambiente e Infraestrutura	Volnei Rosa	Paulo R. Couto de Carvalho
Indústria, Comércio e Turismo	Jaime L. Sommerfeld	Laercio J. Hein
Educação e Cultura	Claudiane Buchhorn Ferler	Cristine H. Mendes
Esportes	Edson de Souza Gois	Edson Oliveira Queiroz
Imprensa	Analiza Vissotto	

11.2. A fiscalização da contratação será exercida por representantes das Secretarias Municipais, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

11.3. O gestor de contratos será Marcos Rafael Baumgart, de acordo com a Portaria Municipal 104 de 20 de março de 2023.

12– DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1. A contratante obriga-se a fornecer todas as informações necessárias para o fornecimento dos produtos; Em realizar o pagamento conforme as condições e prazos de pagamento; Em verificar, analisar e receber os produtos conforme as ordens de compra emitidas; Solicitar a substituições dos produtos que não estiverem de acordo com o termo de referência e edital conforme garantia ou assistência técnica; Indicar em tempo hábil ou na ordem de compra o local de entrega dos produtos.

13 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Caberá à Contratada, para a perfeita execução do fornecimento do objeto descrito neste Edital e em seus Anexos, o cumprimento das seguintes obrigações: Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento da(s) mercadoria(s), tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale-refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação; Dispor da quantidade suficiente de mercadoria solicitada para o fornecimento, o qual deverá sujeitar-se à condição de depositário da(s) mercadoria(s) adquirida(s) até que totalmente requisitada(s), sem que nenhum ônus seja debitado ao Município pelo armazenamento; Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; Indicar o responsável por representá-la na execução do Contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderá substituí-lo; Efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes neste Edital de Pregão e em seus



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

Anexos; Executar diretamente o Contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pela Contratante; Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento; Substituir ou reparar no prazo de 05 (CINCO) dias corridos o objeto que não atender às especificações técnicas exigidas pela Prefeitura Municipal de Nova Santa Rosa; Comunicar por escrito à Prefeitura do Município de Nova Santa Rosa qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário; Entregar o objeto no prazo e formas ajustados; Entregar a(s) mercadorias(s), conforme solicitação da Secretaria competente; Garantir a qualidade do objeto, obrigando-se a repor aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta;

14 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

04 – Secretaria de Administração

002 – Departamento Administrativo

04.122.0003.2009 – Manutenção do Departamento Administrativo

3.3.90.30.21.00 – Material de Limpeza e Produtos de Higienização

3.3.90.30.28.00 – Material de Proteção e Segurança

3.3.90.30.19.00 – Material de acondicionamento e embalagem

3.3.90.30.11.00 – Material químico

3.3.90.30.99.01 – Outros materiais de consumo não classificados

Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários (livres)

06 – Secretaria de Educação e Cultura

001 – Departamento de Ensino

12.361.0007.2018 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.30.21.00 – Material de Limpeza e Produtos de Higienização

3.3.90.30.28.00 – Material de Proteção e Segurança

3.3.90.30.19.00 – Material de acondicionamento e embalagem

3.3.90.30.11.00 – Material químico

3.3.90.30.99.01 – Outros materiais de consumo não classificados

Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários (livres)

07 – Secretaria de Saúde

001 – Fundo Municipal de Saúde

010.301.0009.2029 – Atenção Básica a Saúde

3.3.90.30.21.00 – Material de Limpeza e Produtos de Higienização

3.3.90.30.28.00 – Material de Proteção e Segurança

3.3.90.30.19.00 – Material de acondicionamento e embalagem

3.3.90.30.11.00 – Material químico

3.3.90.30.99.01 – Outros materiais de consumo não classificados

Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários (livres)

303 - Saúde Recursos Vinculados

10 - Secretaria de Assistência Social

002 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.243.0018.2049 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

3.3.90.30.21.00 – Material de Limpeza e Produtos de Higienização

3.3.90.30.28.00 – Material de Proteção e Segurança

3.3.90.30.19.00 – Material de acondicionamento e embalagem

3.3.90.30.11.00 – Material químico

3.3.90.30.99.01 – Outros materiais de consumo não classificados

Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários (livres)

10- Secretaria de Assistência Social

002- Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0018.2056- Piso básico Fixo

3.3.90.30.21.00 – Material de Limpeza e Produtos de Higienização

3.3.90.30.28.00 – Material de Proteção e Segurança

3.3.90.30.19.00 – Material de acondicionamento e embalagem

3.3.90.30.11.00 – Material químico

3.3.90.30.99.01 – Outros materiais de consumo não classificados

Fonte de Recursos: 934 - Bloco de Financiamento da Prot. Social Básica

10 - Secretaria de Assistência Social

002 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0018.2051- Manutenção das Ações do Cras

3.3.90.30.21.00 – Material de Limpeza e Produtos de Higienização

3.3.90.30.28.00 – Material de Proteção e Segurança

3.3.90.30.19.00 – Material de acondicionamento e embalagem

3.3.90.30.11.00 – Material químico

3.3.90.30.99.01 – Outros materiais de consumo não classificados

Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários (livres)

11 - Secretaria de Esportes

001 - Gabinete da Secretaria de Esportes

27.812.0019.2060 - Manutenção da Secretaria de Esportes

3.3.90.30.21.00 – Material de Limpeza e Produtos de Higienização

3.3.90.30.28.00 – Material de Proteção e Segurança

3.3.90.30.19.00 – Material de acondicionamento e embalagem

3.3.90.30.11.00 – Material químico

3.3.90.30.99.01 – Outros materiais de consumo não classificados

Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários (livres)

11 - Secretaria de Esportes

002 – Departamento de Esportes

27.812.0019.2061- Manutenção das Atividades Desportivas

3.3.90.30.21.00 – Material de Limpeza e Produtos de Higienização

3.3.90.30.28.00 – Material de Proteção e Segurança

3.3.90.30.19.00 – Material de acondicionamento e embalagem

3.3.90.30.11.00 – Material químico

3.3.90.30.99.01 – Outros materiais de consumo não classificados

Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários (livres)



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

APÊNDICE DO ANEXO VI - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, MATERIAL DE COPA E COZINHA, MATERIAL DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Informações básicas do ETP

I. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO:

II. DA ÁREA REQUISITANTE:

Secretaria de Administração e Planejamento
Secretaria de Educação e Cultura
Secretaria de Saúde
Secretaria de Assistência Social
Secretaria de Esportes

III. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

A referida aquisição justifica-se pela necessidade da aquisição de materiais de limpeza e higienização, material de copa e cozinha e material de proteção individual para atender as secretarias municipais para a manutenção das atividades cotidianas visando a continuidade dos serviços, proporcionando aos usuários um ambiente limpo, higienizado e ordenado.

Vale frisar que as aquisições desses produtos são essenciais e indispensáveis para o bom funcionamento de todos os espaços públicos, a ausência do material poderá prejudicar o atendimento aos munícipes.

A realização de uma nova contratação para fornecimento de material de limpeza, se faz necessária em razão do fim da vigência do Pregão 70/2022 no dia 25 de outubro de 2023.

A quantidade dos itens especificados foi levantada através de memorandos recebidos das secretarias para uso no período de 12 meses. A aquisição dos produtos deverá ser feita por meio do sistema de registro de preços, de forma parcelada, conforme for surgindo a necessidade.

Dessa forma, justifica-se a contratação requerida neste ETP. Outrossim, este estudo servirá como base para a elaboração do Termo de Referência, de acordo com a Lei 14.133/2021 art.6º, inciso XXIII e regulamentado pelo Decreto Municipal 5144/2023.

IV. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A Lei nº 14.133/2021 define que são objetivos do processo licitatório:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

Assim sendo, os requisitos desta aquisição estão descritos a seguir:

Manter o prazo previsto para a entrega, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no termo de referência e no edital.

Os produtos a serem fornecidos, deverão ser de 1ª linha, de boa qualidade, obedecer às normas técnica da ABNT e INMETRO, atender eficazmente às finalidades que dele naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.

Os dizeres de rotulagem devem estar de acordo com as disposições legais vigentes.

Não serão aceitos produtos com irregularidade na rotulagem (ausência da data de fabricação, prazo de validade, validade alterada, rasuras), bem como produtos com validade inferior àquela descrita na rotulagem, os mesmos serão fiscalizados pela Vigilância Sanitária do Município.

Os volumes das apresentações são mínimos, podendo a empresa apresentar material com volumes maiores, porém os preços da licitação obedecerão aos volumes referidos.

Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou parte, quando em desacordo com as especificações mínimas apresentadas no termo de referência e na proposta apresentada pela empresa, devendo ser substituídos no prazo a contar da notificação da contratada, as suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Todos os custos com impostos, taxas, pedágios, fretes e demais despesas, que por acaso, ocorrerem serão de responsabilidade da empresa vencedora.

V. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Os valores levantados refletem os preços adquiridos na última licitação realizada no município e orçamentos recebidos das empresas. O custo estimado foi apurado a partir de pesquisa de preços, orçamentos e pesquisa eletrônica, acostadas a este processo. O critério empregado para calculo do valor de referencia foi o calculo da média, encontrando-se expostos na planilha de cotações constante deste processo licitatório. Os itens cotados atendem aos critérios estabelecidos de acordo com a necessidade desta municipalidade.

VI. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A contratação do objeto ora pretendido será feita utilizando a modalidade de Pregão através de sistema de registro de preço do tipo menor preço por item, de forma parcelada.

VII. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

Para levantamento de quantitativo dos itens necessários foram enviados memorandos para cada Secretaria anotar as quantidades necessárias com base na relação de produtos da licitação anterior e ficou a disposição para adicionar outros itens e demais sugestões para melhorias no descritivo.

Quadro:

ITEM	QUANT.	APRES.	DESCRIÇÃO
1.	1430	UNIDADE	AGUA SANITÁRIA. SOLUÇÃO AQUOSA, PRODUTO A BASE DE CLORO, FRASCO PLÁSTICO; CONTENDO 2 LITROS
2.	400	UNIDADE	AGUA SANITARIA. SOLUCAO AQUOSA, PRODUTO A BASE DECLORO, FRASCO PLASTICO, EMBALAGEM CONTENDO 1L
3.	750	UNIDADE	ALCOOL ETILICO PARA LIMPEZA, 46,2%; EMBALAGEM



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

			CONTENDO 1L
4.	100	UNIDADE	ALCOOL GEL. 70° INPM; PESO LIQUIDO MINIMO DE 480GR
5.	100	UNIDADE	ÁLCOOL GEL. 70° INPM; PESO LÍQUIDO MÍNIMO DE 5 LITROS
6.	1500	UNIDADE	ÁLCOOL LIQUIDO 70%; EMBALAGEM CONTENDO 1L
7.	880	UNIDADE	AMACIANTE. PARA ROUPAS; COMPOSICAO AROMATICA FLORAL; ACONDICIONADO EM FRASCO PLASTICO, CONTENDO 2 LITROS
8.	30	UNIDADE	AROMATIZANTE AMBIENTAL, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, AROMA SORTIDO, APLICAÇÃO SANITÁRIOS E AMBIENTES EM GERAL 1LT TIPO SPRAY
9.	35	UNIDADE	BALDE PLASTICO REFORÇADO MINIMO 12 LITROS
10.	55	UNIDADE	BALDE PLÁSTICO REFORÇADO MÍNIMO 15 LITROS
11.	40	UNIDADE	BALDE PLÁSTICO REFORÇADO MINIMO 20 LITROS.
12.	50	UNIDADE	BALDE. DE PLASTICO; ALCA ACOPLADA NAS LATERAIS; SEM TAMPA; CAPACIDADE PARA 18 LITROS (MIN)
13.	30	PAR	BOTA DE SEGURANÇA. COR BRANCA; CANO LONGO, DE BORRACHA, SEM FECHAMENTO, SOLADO ANTIDERRAPANTE; TAMANHO CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA.
14.	32	PAR	BOTA DE SEGURANÇA. COR PRETA; CANO EXTRA CURTO, DE BORRACHA, SEM FECHAMENTO, SOLADO ANTIDERRAPANTE; TAMANHO CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA.
15.	10	UNIDADE	BOTIJÃO TÉRMICO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12 LITROS, TRIPÉ RETRÁTIL, ALÇA EMBUTIDA E TORNEIRA. MARCA DE REFERÊNCIA INVICTA, TERMOLAR
16.	50	UNIDADE	CAIXA DE FOSFOROS, CONTENDO 50 UNIDADES DE PALITODE 5CM
17.	122	UNIDADE	CERA EM PASTA. INCOLOR. PARA PISOS; EM LATA DE 375G; COMPOSICAO BASICA CARNAUBA, SILICONE, PARAFINA, FORMOL, CORANTES; PRONTA PARA USO
18.	50	UNIDADE	CERA LÍQUIDA. ANTIDERRAPANTE. INCOLOR; PRONTO USO; EM FRASCO PLÁSTICO, CONTENDO 750ML; PARA UTILIZAÇÃO EM GINÁSIO DE ESPORTES.
19.	350	UNIDADE	CERA LIQUIDA. INCOLOR. PARA PISOS; EM FRASCO DE PLASTICO COM 750ML; PARA TODOS OS TIPOS DE PISO; PRONTO USO
20.	65	UNIDADE	CESTO DE LIXO EM MATERIAL PLASTICO (POLIPROPILENO) COR: PRETO CAPACIDADE DE 12 LITROS, COM NO MINIMO 27 CM DIAMETRO DA BOCA E MAXIMO 35 CM DE ALTURA



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

21.	100	CAIXA	COPO DESCARTÁVEL COM CAPACIDADE DE 150 ML - COPO, DESCARTÁVEL, PARA LÍQUIDO QUENTE OU FRIO, MATERIAL: POLIPROPILENO - PP, MASSA MÍNIMA: 1,98 G, COR: BRANCA OPACA, CAPACIDADE: 150ML, APRESENTAÇÃO: CONTER GRAVAÇÃO EM RELEVO, COM CARACTERÍSTICAS VISÍVEIS E DE FORMA INDELÉVEL: MARCA OU IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, CAPACIDADE DO COPO, O SÍMBOLO DE IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL PARA RECICLAGEM E ATENDIMENTO ÀS NORMAS ABNT N.NBR-14865:2012, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ATÓXICO, ISENTO DE SUJIDADES, MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUROS, DEFORMAÇÕES, BORDAS AFIADAS OU REBARBAS. CAIXA COM 2.500 UNIDADES
22.	50	CAIXA	COPO DESCARTÁVEL COM CAPACIDADE DE 50 ML - COPO, DESCARTÁVEL, CAFÉ, MATERIAL: POLIPROPILENO - PP, MASSA MÍNIMA: 0,75 G, COR: BRANCA OPACA, CAPACIDADE: 50ML, APRESENTAÇÃO: CONTER GRAVAÇÃO EM RELEVO, COM CARACTERÍSTICAS VISÍVEIS E DE FORMA INDELÉVEL: MARCA OU IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, CAPACIDADE DO COPO, O SÍMBOLO DE IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL PARA RECICLAGEM E O ATENDIMENTO ÀS NORMAS ABNT N.NBR-14865:2012, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ATÓXICO, ISENTO DE SUJIDADES, MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUROS, DEFORMAÇÕES, BORDAS AFIADAS OU REBARBAS- CAIXA COM 5.000 UNIDADES
23.	2100	UNIDADE	DESINFETANTE. BACTERICIDA; LÍQUIDO; NÃO TOXICO; ACONDICIONADO EM FRASCO ADEQUADO, CONTENDO 2L;
24.	4450	UNIDADE	DETERGENTE LÍQUIDO. PARA LOUÇA, EMBALAGEM CONTENDO 500ML; NEUTRO PARA LAVAGEM DE LOUÇA E UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA, COMPOSTO POR MATÉRIA ATIVA DETERGENTE, PH SITUADO ENTRE 5,5 A 8,0. MARCA DE REFERÊNCIA: LIMPOL, YPÊ, MINUANO
25.	40	UNIDADE	DISPENSER PARA PAPEL TOALHA PARA FIXAÇÃO NA PAREDE, PLÁSTICO, NA COR BRANCO, DIMENSÕES APROX.. ALTURA: 29 CM X LARGURA: 27 CM X COMPRIMENTO: 16 CM.
26.	40	UNIDADE	DISPENSER PARA SABONETE PARA FIXAÇÃO NA PAREDE, PLÁSTICO, CAPACIDADE DE 400ML, ACIONAMENTO POR MEIO DA TECLA APERTADA, NA COR BRANCO, DIMENSÕES APROX.. ALTURA: 21 CM X LARGURA: 9 CM X PROFUNDIDADE: 9 CM.
27.	15	UNIDADE	ESCORREDOR DE LOUÇAS DE PLÁSTICO



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

28.	50	UNIDADE	ESCOVA PARA LAVAR ROUPAS. MULTIUSO; COMPOSIÇÃO: CERDAS DE MATERIAL SINTÉTICO E BASE DE MADEIRA.
29.	40	UNIDADE	ESCOVA PARA LIMPEZA DE PLASTICO COM ALÇA, TAMANHO MIN. DE COMP. 10CM E LARG. 6 CM - COM CERDAS MACIAS
30.	80	UNIDADE	ESCOVA PARA VASO SANITARIO. COM SUPORTE; CABO PLASTICO
31.	130	UNIDADE	ESPONJA DE AÇO INOXIDÁVEL DE LONGA DURAÇÃO PARA LIMPAR PANEAS 10G - EMBALAGEM 1 UNID
32.	400	PACOTE	ESPONJA DE AÇO. PARA LIMPEZA; LONGA DURAÇÃO EM AÇO CARBONO; PACOTE COM 8 UNIDADES, EXCELENTE QUALIDADE;
33.	100	UNIDADE	ESPONJA PARA LIMPEZA. ANTIRRISCO. DUPLA FACE, NO TAMANHO MÍNIMO DE 110MM X 75MM X 20MM, COR AZUL; LIMPEZA DE LOUÇAS; EMBALAGEM COM 03 UNIDADES, ALTA QUALIDADE.
34.	650	UNIDADE	ESPONJA PARA LIMPEZA. MULTIUSO. DUPLA FACE, RETANGULAR NO TAMANHO MÍNIMO DE 110MM X 75MM X 20MM, COR VERDE E AMARELA; LIMPEZA PESADA; EMBALAGEM COM 03 UNIDADES.
35.	30	UNIDADE	FILTRO DE CAFÉ DE PAPEL - TAM GRANDE (103) - EMBALAGEM
36.	400	UNIDADE	FLANELA. PARA LIMPEZA; 100% ALGODÃO, NA COR LARANJA; MEDINDO APROXIMADAMENTE 280MMX580MM (LARG X COMP)
37.	100	UNIDADE	FORMICIDA. TIPO GEL; EMBALAGEM CONTENDO 10G
38.	50	UNIDADE	FRASCO TIPO PICO DE PATO, CAPACIDADE 500ML PARA ÁLCOOL EM GEL.
39.	50	UNIDADE	GARRAFA TÉRMICA EM INOX COM PRESSÃO - CAPACIDADE 1,8 L - TAMPA, CORTA GOTAS, ALÇA E PULSADOR. MEDIDA DO PRODUTO: 15X20X39 CM (LXCXA). PESO DO PRODUTO: 1150 GRAMAS
40.	370	UNIDADE	INSETICIDA DOMESTICO. TIPO AEROSOL; EMBALADO EM FRASCO METALICO CONTENDO 300ML
41.	85	UNIDADE	ISQUEIRO
42.	65	UNIDADE	LIMPA VIDROS. EM EMBALAGEM PLASTICA; COM GATILHO PULVERIZADOR; CONTENDO 500ML
43.	330	UNIDADE	LIMPA VIDROS. EM EMBALAGEM PLÁSTICA; CONTENDO 500ML;
44.	25	UNIDADE	LIMPADOR DE ALUMÍNIO LÍQUIDO, INDICADO PARA LIMPAR E REALÇAR BRILHO EM PANEAS, ASSADEIRAS E DEMAIS UTENSÍLIOS DE COZINHA. COMPOSIÇÃO: ÀCIDO GLICÓLICO 70% , ACIDIFICANTE TENSOATIVO ANIÔNICO, AGENTE DE CONTROLE DE PH, CONSERVANTE, CORANTE



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

			E VEÍCULO. EMBALAGEM 500ML
45.	850	UNIDADE	LIMPADOR MULTIUSO. USO DOMESTICO; LIQUIDO; EM FRASCO PLASTICO, EMBALAGEM SQUEEZE; CONTENDO 500ML (MIN)
46.	45	UNIDADE	LIXEIRA DE PLASTICO COM PEDAL CAPACIDADE 07 LITROS
47.	50	UNIDADE	LIXEIRA EM POLIPROPILENO, CAPACIDADE 30 LITROS A PEDAL E COM RODIZIO.
48.	52	UNIDADE	LIXEIRA EM POLIPROPILENO, CAPACIDADE 50 LITROS A PEDAL E COM RODIZIO.
49.	90	UNIDADE	LUSTRA MOVEIS. EMBALAGEM PLASTICA CONTENDO 200ML (MIN)
50.	80	PAR	LUVAS PARA LIMPEZA. DE LÁTEX; TAMANHOS P,M E G; EM EMBALAGEM CONTENDO 01 PAR. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.
51.	310	CAIXA	LUVA DE POLIETILENO. PAR DE LUVAS CONFECCIONADA EM POLIETILENO, AMBIDESTRA, TRANSPARENTE, PUNHO CURTO. COMPRIMENTO DE 28 CM E ESPESSURA DE 24 MICRAS. O PRODUTO DEVERÁ SER IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO DA PEÇA E QUANTIDADE. COM GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. TAMANHO: ÚNICO EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.
52.	350	CAIXA	LUVAS DE PROCEDIMENTO LÁTEX TAM. M E G, ANATÔMICAS BORRACHA NATURAL (LÁTEX), LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, APROVADAS PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO (CA), COM 100 UNIDADES.
53.	130	PAR	LUVAS PARA LIMPEZA CANO LONGO (PUNHO LONGO) DE NO MÍNIMO 20CM, PARA PROTEÇÃO DE ANTEBRAÇO. DE LÁTEX; TAMANHOS P, M E G; EM EMBALAGEM CONTENDO 01 PAR
54.	220	PACOTE	NAFTALINA. HIDROCARBONETO AROMATICO,APRESENTADO EM BOLAS; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA,CONTENDO 20GRS(MIN)
55.	640	UNIDADE	ODORIZADOR DE AMBIENTES. AEROSOL; EMBALADO ADEQUADAMENTE; LATA CONTENDO 360ML; (MIN)
56.	2650	UNIDADE	ODORIZADOR SANITARIO. TIPO PEDRA,ARREDONDADA, COMSUORTE PLASTICO; EM CONSISTENCIA SOLIDA; ADEQUADAMENTE EMBALADO; EMBALAGEM COM 1 PEDRA E 1GANCHO. PESO MIN. 25G
57.	75	UNIDADE	PÁ DE LIXO DE PLÁSTICO - CABO CURTO
58.	200	UNIDADE	PANO DE CHÃO, DE ALGODÃO CRU ALVEJADO PARA



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

			LIMPEZA DE CHÃO; MEDINDO 45X65CM. TIPO SACO.
59.	260	UNIDADE	PANO DE COPA/PRATO - PANO PARA SECAR PRATO, DE COR BRANCA, COM ACABAMENTO, SEM ESTAMPA, 100% ALGODÃO, ATOALHADO, MEDINDO 46X62CM, (SENDO PERMITIDA UMA VARIAÇÃO DE 5CM PARA MAIS OU PARA MENOS), ALTA ABSORÇÃO, ALVEJADO.
60.	670	FARDO	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO FOLHA DUPLA - PAPEL HIGIÊNICO, FOLHA DUPLA DE ALTA QUALIDADE, MEDIDA: 10CMX30M (TOLERÂNCIA 2%), FRAGRÂNCIA: NEUTRA, COR: BRANCA, COMPOSIÇÃO: 100% FIBRAS DE CELULOSE VIRGEM - NÃO RECICLADO, APRESENTAÇÃO: GOFRADO, COM PICOTE, ALTA ABSORÇÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUSÊNCIA DE FUROS, RASGOS, MANCHAS, CHEIRO OU QUAISQUER SUBSTÂNCIAS NOCIVAS A SAÚDE, ROLO30 METROS; FARDO COM 64 ROLOS; ROTULAGEM CONTENDO: C/ IDENTIFICACAO DA CLASSE, MARCA, QUANTIDADE DE ROLOS; AROMA, METRAGEM DO PAPEL; NOME DO FABRICANTE E FANTASIA, CNPJ; EMAIL,TELEFONE DO SAC; EMBALAGEM COM BOA VISIBILIDADE DO PRODUTO;
61.	340	PACOTE	PAPEL TOALHA (EMBALAGEM C/ 2 ROLOS DE 22CM X 20 CM CADA)
62.	4150	PACOTE	PAPEL TOALHA COR BRANCA, PACOTE COM 1000 FOLHAS TAM.22,5X21CM
63.	135	UNIDADE	PRENDEDOR DE ROUPA MADEIRA - PACOTE COM 12 UNIDADES
64.	100	UNIDADE	PROTETOR SOLAR FPS 50 120ML, COM A COMPOSIÇÃO DE ÁGUA, ACETATO DE VITAMINA E, ÁLCOOL ESTEARÍLICO, BENZOATO DE ALQUILA C12-15, BIS ETILEXILOXIFENOL METOXIFENIL TRIAZINA, BUTILCARBAMATO DE IODOPROPINILA, BUTILENO GLICOL, CARBÔMERO, POTÁSSIO FOSFATO DE CETILA, CROSPOLÍMERO DE ACRILATOS/ ACRILATO DE ALQUILA C10-30, DIMETICONA, DIÓXIDO DE TITÂNIO, EDTA DISSÓDICO, FENOXIETANOL, FRAGRÂNCIA, ISOESTEARATO DE ISOPROPILA, METOXICINAMATO DE ETILEXILA, PALMITATO DE CETILA, SALICILATO DE ETILEXILA, TETRAIDROXIPROPIL ETILENODIAMINA, TRIBERRENINA, TRICONTANIL PVP.
65.	20	UNIDADE	PROTETOR FACIAL: SUPORTE PARA DISTANCIAMENTO DO ROSTO - EM ACRÍLICO 5 MM. VISEIRA - CONFECCIONADA EM PTG ANTI IMPACTO, TAMANHO APROXIMADO DE 26 X 26 CM. ALÇA PARA APOIO DA CABEÇA EM PTG 1MM, TAMANHO APROXIMADO DE 32 CM X 3CM. SUPORTE PARA REGULAGEM DE CABEÇA, EM



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

			PTG 1MM, TAMANHO APROXIMADO DE 25 X 2,5 CM. MATERIAL QUE ATENDE A EXIGÊNCIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E ANVISA. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: COR-INCOLOR; VISEIRA ARTICULÁVEL; MATERIAL-ACRÍLICO; PESO: 250 GRAMAS.
66.	170	UNIDADE	QUEROSENE. 100% HIDROCARBONETO; EM FRASCO PLASTICO CONTENDO 800ML (MIN); PARA LIMPEZA
67.	60	UNIDADE	RATICIDA, VENENO PARA RATOS; EMBALAGEM COM NO MINIMO 25G
68.	140	UNIDADE	RODO DE MADEIRA. COM ESPUMA. 35 CM (MÍN). MULTIUSO; COM CABO DE MADEIRA, MEDINDO 150CM
69.	80	UNIDADE	RODO DE ALUMINIO. COM BORRACHA. 60CM (MÍN) BASE DE ALUMINIO; CABO DE ALUMÍNIO EXTRA GRANDE, COM FIXAÇÃO REFORÇADA, MEDINDO 150CM.
70.	100	UNIDADE	RODO DE MADEIRA COM BORRACHA. 40 CM (MÍN) BASE DE POLIPROPILENO; CABO DE MADEIRA, ROSCA, MEDINDO 150CM
71.	50	UNIDADE	RODO DE MADEIRA COM BORRACHA. 80 CM (MÍN) BASE DE POLIPROPILENO; CABO DE MADEIRA, COM ROSCA, MEDINDO 150CM
72.	275	UNIDADE	RODO DE MADEIRA COM ESPUMA E ABRASIVO VERDE. 35 CM (MÍN). LIMPEZA PESADA; CABO MEDINDO 150CM;
73.	68	UNIDADE	RODO DE MADEIRA. COM BORRACHA. 60CM (MÍN) BASE DE POLIPROPILENO; CABO DE MADEIRA, COM ROSCA, MEDINDO 150CM
74.	110	PACOTE	SABAO DE ALCOOL. EM BARRAS; PARA LIMPEZA; EM EMBALAGEM CONTENDO 5 UNIDADES 200GR CADA
75.	80	PACOTE	SABAO EM BARRA. NEUTRO. SEM GLICERINA; EM EMBALAGEM COM 05 UNIDADES, PESANDO 200G CADA
76.	1700	UNIDADE	SABÃO EM PÓ COM ATIVO CONCENTRADO, EMBALAGEM EM CAIXA DE PAPEL RECICLÁVEL, CONTENDO NO MÍNIMO 800 GRAMAS; CONTENDO TENSO ATIVO BIODEGRADÁVEL E PIGMENTO AZUL. MARCA DE REFERÊNCIA: OMO
77.	283	UNIDADE	SABONETE LÍQUIDO DE ALTA EFICIÊNCIA LIMPADORA, NÃO AGRIDE A PELE - POSSUI PH NEUTRO, PH 100%: 5,5 - 6,0. COMPOSIÇÃO: ACQUA, DISODIUM EDTA, COCAMIDE DEA, METHYLCHLOROISOTHIAZOLINONE, METHYLISOTHIAZOLINONE, CITRIC ACID, SODIUM LAURETH SULFATE, LAURETH-2, SODIUM CITRATE, VALIDADE 24 MESES, FRAGRÂNCIA DIVERSAS; GALÃO COM 5LITROS
78.	350	UNIDADE	SABONETE. EM TABLETE; COMUM; SUAVE; 90GR, PARA HIGIENE CORPORAL;



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

79.	260	PACOTE	SACO PARA LIXO. CAPACIDADE PARA 100 LITROS; DE POLIETILENO; REFORÇADO DE NO MÍNIMO 7 MICRAS (DEVERÁ ESTAR ESPECIFICADO NA EMBALAGEM) ; EMBALAGEM COM 100UNID
80.	290	PACOTE	SACO PARA LIXO. CAPACIDADE PARA 15 LITROS; DE POLIETILENO; REFORCADO; EMBALAGEM COM 100 UNID
81.	200	UNIDADE	SACO PARA LIXO. CAPACIDADE PARA 150 LITROS; DE POLIETILENO; REFORÇADO REFORÇADO DE NO MÍNIMO 7 MICRAS (DEVERÁ ESTAR ESPECIFICADO NA EMBALAGEM); EMBALAGEM COM 100 UNID
82.	310	PACOTE	SACO PARA LIXO. CAPACIDADE PARA 30 LITROS; DE POLIETILENO; REFORCADO; EMBALAGEM COM 100 und
83.	350	PACOTE	SACO PARA LIXO. CAPACIDADE PARA 50 LITROS; DE POLIETILENO; PICOTADO E REFORCADO; EMBALAGEM COM 40 UNIDADES (MIN);
84.	150	UNIDADE	SAPONÁCEO EM PÓ. Frasco c/ 300grs, COM DETERGENTE, TAMPA ABRE E FECHA, COMPOSIÇÃO: PÓ MINERAL M2000, DODENSIL, BENZENO SILFINATO DE SÓDIO, SOLICATO ALCALINO, CLORO, CONTÉM TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL.
85.	560	UNIDADE	SAPONÁCEO LÍQUIDO CREMOSO, COM CLORO ATIVO, EMBALAGEM 300ML, TAMPA ABRE-FECHA, APLICAÇÃO; LIMPEZA DE SUPERFÍCIES DE INOX, ESMALTADOS, FÓRMICAS.
86.	65	UNIDADE	SODA CAUSTICA. EM ESCAMAS; DE ALTA QUALIDADE, COMPOSTA DE HIDROXIDO DE SODIO; ADEQUADAMENTE EMBALADA EM POTE PLASTICO; CONTENDO 1KG
87.	20	UNIDADE	SUPORTE PARA FILTRO DE CAFÉ - TAM GRANDE (103)
88.	410	UNIDADE	TOALHA DE BANHO. 100% ALGODÃO; MEDINDO NO MÍNIMO 0,65M X 1,30M, CORES ESCURAS.
89.	260	UNIDADE	TOALHA DE ROSTO. 100% ALGODÃO; MEDINDO NO MÍNIMO 0,42M X 0,75M, CORES ESCURAS.
90.	70	UNIDADE	TOALHA PARA PISO/PÉS - TAM. 50X70 - 100% ALGODÃO. CORES ESCURAS.
91.	150	UNIDADE	VASSOURA DE FIBRA PARA LIMPEZA EXTERNA, BASE MIN LARGURA 40CM, GARI, COM CABO
92.	110	UNIDADE	VASSOURA DE NYLON. USO DOMESTICO; CEPA EM POLIPROPILENO; SISTEMA DE ROSCA PARA FIXACAO DO CABO; BASE COM 30CM (MIN); CERDAS DE NYLON
93.	320	UNIDADE	VASSOURA DE PALHA. USO DOMESTICO; CEPA EM PALHA; TIPO 5 FIOS; AMARRACAO COM ARAME; CABO DE MADEIRA MEDINDO 120CM; CERDAS DE PALHA



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

VIII. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi definida conforme a tabela abaixo:

ITEM	QUANT.	APRES.	DESCRIÇÃO MÍNIMA	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
1	1430	UNIDADE	AGUA SANITÁRIA. SOLUÇÃO AQUOSA, PRODUTO A BASE DE CLORO, FRASCO PLÁSTICO; CONTENDO 2 LITROS	6,94	9.924,20
2	400	UNIDADE	AGUA SANITARIA. SOLUCAO AQUOSA, PRODUTO A BASE DE CLORO, FRASCO PLASTICO, EMBALAGEM CONTENDO 1L	4,46	1.784,00
3	750	UNIDADE	ALCOOL ETILICO PARA LIMPEZA, 46,2%; EMBALAGEM CONTENDO 1L	5,31	3.982,50
4	100	UNIDADE	ALCOOL GEL. 70° INPM; PESO LIQUIDO MINIMO DE 480GR	5,49	549,00
5	100	UNIDADE	ÁLCOOL GEL. 70° INPM; PESO LÍQUIDO MÍNIMO DE 5 LITROS	61,10	6.110,00
6	1500	UNIDADE	ÁLCOOL LIQUIDO 70%; EMBALAGEM CONTENDO 1L	7,58	11.370,00
7	880	UNIDADE	AMACIANTE. PARA ROUPAS; COMPOSICAO AROMATICA FLORAL; ACONDICIONADO EM FRASCO PLASTICO, CONTENDO 2 LITROS	10,52	9.257,60
8	30	UNIDADE	AROMATIZANTE AMBIENTAL, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, AROMA SORTIDO, APLICAÇÃO SANITÁRIOS E AMBIENTES EM GERAL 1LT TIPO SPRAY	15,29	458,70
9	35	UNIDADE	BALDE PLASTICO REFORÇADO MINIMO 12 LITROS	21,25	743,75
10	55	UNIDADE	BALDE PLÁSTICO REFORÇADO MÍNIMO 15 LITROS	19,18	1.054,90
11	40	UNIDADE	BALDE PLÁSTICO REFORÇADO MINIMO 20 LITROS.	18,86	754,40
12	50	UNIDADE	BALDE. DE PLASTICO; ALCA ACOPLADA NAS LATERAIS; SEM TAMPA; CAPACIDADE PARA 18 LITROS (MIN)	14,73	736,50
13	30	PAR	BOTA DE SEGURANÇA. COR BRANCA; CANO LONGO, DE BORRACHA, SEM FECHAMENTO, SOLADO ANTIDERRAPANTE; TAMANHO CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA.	37,63	1.128,90



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

14	32	PAR	BOTA DE SEGURANÇA. COR PRETA; CANO EXTRA CURTO, DE BORRACHA, SEM FECHAMENTO, SOLADO ANTIDERRAPANTE; TAMANHO CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA.	26,72	855,04
15	10	UNIDADE	BOTIJÃO TÉRMICO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12 LITROS, TRIPÉ RETRÁTIL, ALÇA EMBUTIDA E TORNEIRA. MARCA DE REFERÊNCIA INVICTA, TERMOLAR	99,22	992,20
16	50	UNIDADE	CAIXA DE FOSFOROS, CONTENDO 50 UNIDADES DE PALITODE 5CM	2,70	135,00
17	122	UNIDADE	CERA EM PASTA. INCOLOR. PARA PISOS; EM LATA DE 375G; COMPOSICAO BASICA CARNAUBA, SILICONE, PARAFINA, FORMOL, CORANTES; PRONTA PARA USO	14,61	1.782,42
18	50	UNIDADE	CERA LÍQUIDA. ANTIDERRAPANTE. INCOLOR; PRONTO USO; EM FRASCO PLÁSTICO, CONTENDO 750ML; PARA UTILIZAÇÃO EM GINÁSIO DE ESPORTES.	9,17	458,50
19	350	UNIDADE	CERA LIQUIDA. INCOLOR. PARA PISOS; EM FRASCO DE PLASTICO COM 750ML; PARA TODOS OS TIPOS DE PISO; PRONTO USO	8,83	3.090,50
20	65	UNIDADE	CESTO DE LIXO EM MATERIAL PLASTICO (POLIPROPILENO) COR: PRETO CAPACIDADE DE 12 LITROS, COM NO MINIMO 27 CM DIAMETRO DA BOCA E MAXIMO 35 CM DE ALTURA	12,17	791,05
21	100	CAIXA	COPO DESCARTÁVEL COM CAPACIDADE DE 150 ML - COPO, DESCARTÁVEL, PARA LÍQUIDO QUENTE OU FRIO, MATERIAL: POLIPROPILENO - PP, MASSA MÍNIMA: 1,98 G, COR: BRANCA OPACA, CAPACIDADE: 150ML, APRESENTAÇÃO: CONTER GRAVAÇÃO EM RELEVO, COM CARACTERÍSTICAS VISÍVEIS E DE FORMA INDELÉVEL: MARCA OU IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, CAPACIDADE DO COPO, O SÍMBOLO DE IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL PARA RECICLAGEM E ATENDIMENTO ÀS NORMAS ABNT N.NBR-14865:2012, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ATÓXICO, ISENTO DE SUJIDADES, MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUROS, DEFORMAÇÕES, BORDAS AFIADAS OU REBARBAS. CAIXA COM 2.500 UNIDADES	122,69	12.269,00



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

22	50	CAIXA	COPO DESCARTÁVEL COM CAPACIDADE DE 50 ML - COPO, DESCARTÁVEL, CAFÉ, MATERIAL: POLIPROPILENO - PP, MASSA MÍNIMA: 0,75 G, COR: BRANCA OPACA, CAPACIDADE: 50ML, APRESENTAÇÃO: CONTER GRAVAÇÃO EM RELEVO, COM CARACTERÍSTICAS VISÍVEIS E DE FORMA INDELÉVEL: MARCA OU IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, CAPACIDADE DO COPO, O SÍMBOLO DE IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL PARA RECICLAGEM E O ATENDIMENTO ÀS NORMAS ABNT N.NBR-14865:2012, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ATÓXICO, ISENTO DE SUJIDADES, MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUIROS, DEFORMAÇÕES, BORDAS AFIADAS OU REBARBAS- CAIXA COM 5.000 UNIDADES	139,97	6.998,50
23	2100	UNIDADE	DESINFETANTE. BACTERICIDA; LIQUIDO; NAO TOXICO; ACONDICIONADO EM FRASCO ADEQUADO, CONTENDO 2L;	10,90	22.890,00
24	4450	UNIDADE	DETERGENTE LÍQUIDO. PARA LOUÇA, EMBALAGEM CONTENDO 500ML; NEUTRO PARA LAVAGEM DE LOUÇA E UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA, COMPOSTO POR MATÉRIA ATIVA DETERGENTE, PH SITUADO ENTRE 5,5 A 8,0. MARCA DE REFERÊNCIA: LIMPOL, YPÊ, MINUANO	3,26	14.507,00
25	40	UNIDADE	DISPENSER PARA PAPEL TOALHA PARA FIXAÇÃO NA PAREDE, PLÁSTICO, NA COR BRANCO, DIMENSÕES APROX.. ALTURA: 29 CM X LARGURA: 27 CM X COMPRIMENTO: 16 CM.	18,22	728,80
26	40	UNIDADE	DISPENSER PARA SABONETE PARA FIXAÇÃO NA PAREDE, PLÁSTICO, CAPACIDADE DE 400ML, ACIONAMENTO POR MEIO DA TECLA APORTE, NA COR BRANCO, DIMENSÕES APROX.. ALTURA: 21 CM X LARGURA: 9 CM X PROFUNDIDADE: 9 CM.	23,06	922,40
27	15	UNIDADE	ESCORREDOR DE LOUÇAS DE PLASTICO	7,37	110,55
28	50	UNIDADE	ESCOVA PARA LAVAR ROUPAS. MULTIUSO; COMPOSIÇÃO: CERDAS DE MATERIAL SINTÉTICO E BASE DE MADEIRA.	3,91	195,50
29	40	UNIDADE	ESCOVA PARA LIMPEZA DE PLASTICO COM ALÇA, TAMANHO MIN. DE COMP. 10CM E LARG. 6 CM - COM CERDAS MACIAS	6,25	250,00



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

30	80	UNIDADE	ESCOVA PARA VASO SANITARIO. COM SUPORTE; CABO PLASTICO	19,49	1.559,20
31	130	UNIDADE	ESPONJA DE AÇO INOXIDÁVEL DE LONGA DURAÇÃO PARA LIMPAR PANEIS 10G - EMBALAGEM 1 UNID	2,23	289,90
32	400	PACOTE	ESPONJA DE AÇO. PARA LIMPEZA; LONGA DURAÇÃO EM AÇO CARBONO; PACOTE COM 8 UNIDADES, EXCELENTE QUALIDADE;	1,81	724,00
33	100	UNIDADE	ESPONJA PARA LIMPEZA. ANTIRRISCO. DUPLA FACE, NO TAMANHO MÍNIMO DE 110MM X 75MM X 20MM, COR AZUL; LIMPEZA DE LOUÇAS; EMBALAGEM COM 03 UNIDADES, ALTA QUALIDADE.	6,12	612,00
34	650	UNIDADE	ESPONJA PARA LIMPEZA. MULTIUSO. DUPLA FACE, RETANGULAR NO TAMANHO MÍNIMO DE 110MM X 75MM X 20MM, COR VERDE E AMARELA; LIMPEZA PESADA; EMBALAGEM COM 03 UNIDADES.	4,71	3.061,50
35	30	UNIDADE	FILTRO DE CAFÉ DE PAPEL - TAM GRANDE (103) - EMBALAGEM	4,77	143,10
36	400	UNIDADE	FLANELA. PARA LIMPEZA; 100% ALGODÃO, NA COR LARANJA; MEDINDO APROXIMADAMENTE 280MMX580MM (LARG X COMP)	1,95	780,00
37	100	UNIDADE	FORMICIDA. TIPO GEL; EMBALAGEM CONTENDO 10G	5,43	543,00
38	50	UNIDADE	FRASCO TIPO PICO DE PATO, CAPACIDADE 500ML PARA ÁLCOOL EM GEL.	6,03	301,50
39	50	UNIDADE	GARRAFA TÉRMICA EM INOX COM PRESSÃO - CAPACIDADE 1,8 L - TAMPA, CORTA GOTAS, ALÇA E PULSADOR. MEDIDA DO PRODUTO: 15X20X39 CM (LXCXA). PESO DO PRODUTO: 1150 GRAMAS	75,81	3.790,50
40	370	UNIDADE	INSETICIDA DOMESTICO. TIPO AEROSOL; EMBALADO EM FRASCO METALICO CONTENDO 300ML	14,27	5.279,90
41	85	UNIDADE	ISQUEIRO	5,53	470,05
42	65	UNIDADE	LIMPA VIDROS. EM EMBALAGEM PLASTICA; COM GATILHO PULVERIZADOR; CONTENDO 500ML	17,87	1.161,55
43	330	UNIDADE	LIMPA VIDROS. EM EMBALAGEM PLÁSTICA; CONTENDO 500ML;	8,11	2.676,30



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

44	25	UNIDADE	LIMPADOR DE ALUMÍNIO LÍQUIDO, INDICADO PARA LIMPAR E REALÇAR BRILHO EM PANEAS, ASSADEIRAS E DEMAIS UTENSÍLIOS DE COZINHA. COMPOSIÇÃO: ÀCIDO GLICÓLICO 70% , ACIDIFICANTE TENSOATIVO ANIÔNICO, AGENTE DE CONTROLE DE PH, CONSERVANTE, CORANTE E VEÍCULO. EMBALAGEM 500ML	5,70	142,50
45	850	UNIDADE	LIMPADOR MULTIUSO. USO DOMESTICO; LIQUIDO; EM FRASCO PLASTICO, EMBALAGEM SQUEEZE; CONTENDO 500ML (MIN)	6,07	5.159,50
46	45	UNIDADE	LIXEIRA DE PLASTICO COM PEDAL CAPACIDADE 07 LITROS	22,98	1.034,10
47	50	UNIDADE	LIXEIRA EM POLIPROPILENO, CAPACIDADE 30 LITROS A PEDAL E COM RODIZIO.	60,93	3.046,50
48	52	UNIDADE	LIXEIRA EM POLIPROPILENO, CAPACIDADE 50 LITROS A PEDAL E COM RODIZIO.	99,74	5.186,48
49	90	UNIDADE	LUSTRA MOVEIS. EMBALAGEM PLASTICA CONTENDO 200ML (MIN)	6,62	595,80
50	80	PAR	LUVAS PARA LIMPEZA. DE LÁTEX; TAMANHOS P,M E G; EM EMBALAGEM CONTENDO 01 PAR. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	4,76	380,80
51	310	CAIXA	LUVA DE POLIETILENO. PAR DE LUVAS CONFECCIONADA EM POLIETILENO, AMBIDESTRA, TRANSPARENTE, PUNHO CURTO. COMPRIMENTO DE 28 CM E ESPESSURA DE 24 MICRAS. O PRODUTO DEVERÁ SER IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO DA PEÇA E QUANTIDADE. COM GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. TAMANHO: ÚNICO EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	4,68	1.450,80
52	350	CAIXA	LUVAS DE PROCEDIMENTO LÁTEX TAM. M E G, ANATÔMICAS BORRACHA NATURAL (LÁTEX), LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, APROVADAS PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO (CA), COM 100 UNIDADES.	19,87	6.954,50
53	130	PAR	LUVAS PARA LIMPEZA CANO LONGO (PUNHO LONGO) DE NO MÍNIMO 20CM, PARA PROTEÇÃO DE ANTEBRAÇO. DE LÁTEX; TAMANHOS P, M E G; EM EMBALAGEM CONTENDO 01 PAR	10,18	1.323,40



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

54	220	PACOTE	NAFTALINA. HIDROCARBONETO AROMATICO,APRESENTADO EM BOLAS; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA,CONTENDO 20GRS(MIN)	3,19	701,80
55	640	UNIDADE	ODORIZADOR DE AMBIENTES. AEROSOL; EMBALADO ADEQUADAMENTE; LATA CONTENDO 360ML; (MIN)	15,24	9.753,60
56	2650	UNIDADE	ODORIZADOR SANITARIO. TIPO PEDRA,ARREDONDADA, COMSUPORTE PLASTICO; EM CONSISTENCIA SOLIDA; ADEQUADAMENTE EMBALADO; EMBALAGEM COM 1 PEDRA E 1GANCHO. PESO MIN. 25G	2,11	5.591,50
57	75	UNIDADE	PÁ DE LIXO DE PLÁSTICO - CABO CURTO	6,15	461,25
58	200	UNIDADE	PANO DE CHÃO, DE ALGODÃO CRU ALVEJADO PARA LIMPEZA DE CHÃO; MEDINDO 45X65CM. TIPO SACO.	7,58	1.516,00
59	260	UNIDADE	PANO DE COPA/PRATO - PANO PARA SECAR PRATO, DE COR BRANCA, COM ACABAMENTO, SEM ESTAMPA, 100% ALGODÃO, ATOALHADO, MEDINDO 46X62CM, (SENDO PERMITIDA UMA VARIAÇÃO DE 5CM PARA MAIS OU PARA MENOS), ALTA ABSORÇÃO, ALVEJADO.	7,62	1.981,20
60	670	FARDO	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO FOLHA DUPLA - PAPEL HIGIÊNICO, FOLHA DUPLA DE ALTA QUALIDADE, MEDIDA: 10CMX30M (TOLERÂNCIA 2%), FRAGRÂNCIA: NEUTRA, COR: BRANCA, COMPOSIÇÃO: 100% FIBRAS DE CELULOSE VIRGEM - NÃO RECICLADO, APRESENTAÇÃO: GOFRADO, COM PICOTE, ALTA ABSORÇÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUSÊNCIA DE FUIROS, RASGOS, MANCHAS, CHEIRO OU QUAISQUER SUBSTÂNCIAS NOCIVAS A SAÚDE, ROLO30 METROS; FARDO COM 64 ROLOS; ROTULAGEM CONTENDO: C/ IDENTIFICACAO DA CLASSE, MARCA, QUANTIDADE DE ROLOS; AROMA, METRAGEM DO PAPEL; NOME DO FABRICANTE E FANTASIA, CNPJ; EMAIL,TELEFONE DO SAC; EMBALAGEM COM BOA VISIBILIDADE DO PRODUTO;	141,05	94.503,50
61	340	PACOTE	PAPEL TOALHA (EMBALAGEM C/ 2 ROLOS DE 22CM X 20 CM CADA)	6,09	2.070,60
62	4150	PACOTE	PAPEL TOALHA COR BRANCA, PACOTE COM 1000 FOLHAS TAM.22,5X21CM	14,53	60.299,50



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

63	135	UNIDADE	PRENDEDOR DE ROUPA MADEIRA - PACOTE COM 12 UNIDADES	3,09	417,15
64	100	UNIDADE	PROTETOR SOLAR FPS 50 120ML, COM A COMPOSIÇÃO DE ÁGUA, ACETATO DE VITAMINA E, ÁLCOOL ESTEARÍLICO, BENZOATO DE ALQUILA C12-15, BIS ETILEXILOXIFENOL METOXIFENIL TRIAZINA, BUTILCARBAMATO DE IODOPROPINILA, BUTILENO GLICOL, CARBÔMERO, POTÁSSIO FOSFATO DE CETILA, CROSPOLÍMERO DE ACRILATOS/ ACRILATO DE ALQUILA C10-30, DIMETICONA, DIÓXIDO DE TITÂNIO, EDTA DISSÓDICO, FENOXIETANOL, FRAGRÂNCIA, ISOESTEARATO DE ISOPROPILA, METOXICINAMATO DE ETILEXILA, PALMITATO DE CETILA, SALICILATO DE ETILEXILA, TETRAIDROXIPROPIL ETILENODIAMINA, TRIBERRENINA, TRICONTANIL PVP.	37,08	3.708,00
65	20	UNIDADE	PROTETOR FACIAL: SUPORTE PARA DISTANCIAMENTO DO ROSTO - EM ACRÍLICO 5 MM. VISEIRA - CONFECCIONADA EM PTG ANTI IMPACTO, TAMANHO APROXIMADO DE 26 X 26 CM. ALÇA PARA APOIO DA CABEÇA EM PTG 1MM, TAMANHO APROXIMADO DE 32 CM X 3CM. SUPORTE PARA REGULAGEM DE CABEÇA, EM PTG 1MM, TAMANHO APROXIMADO DE 25 X 2,5 CM. MATERIAL QUE ATENDE A EXIGÊNCIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E ANVISA. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: COR-INCOLOR; VISEIRA ARTICULÁVEL; MATERIAL-ACRÍLICO; PESO: 250 GRAMAS.	49,70	994,00
66	170	UNIDADE	QUEROSENE. 100% HIDROCARBONETO; EM FRASCO PLASTICO CONTENDO 800ML (MIN); PARA LIMPEZA	18,20	3.094,00
67	60	UNIDADE	RATICIDA, VENENO PARA RATOS; EMBALAGEM COM NO MINIMO 25G	1,46	87,60
68	140	UNIDADE	RODO DE MADEIRA. COM ESPUMA. 35 CM (MÍN). MULTIUSO; COM CABO DE MADEIRA, MEDINDO 150CM	13,84	1.937,60
69	80	UNIDADE	RODO DE ALUMINIO. COM BORRACHA. 60CM (MÍN) BASE DE ALUMINIO; CABO DE ALUMÍNIO EXTRA GRANDE, COM FIXAÇÃO REFORÇADA, MEDINDO 150CM.	50,20	4.016,00



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

70	100	UNIDADE	RODO DE MADEIRA COM BORRACHA. 40 CM (MÍN) BASE DE POLIPROPILENO; CABO DE MADEIRA, ROSCA, MEDINDO 150CM	12,87	1.287,00
71	50	UNIDADE	RODO DE MADEIRA COM BORRACHA. 80 CM (MÍN) BASE DE POLIPROPILENO; CABO DE MADEIRA, COM ROSCA, MEDINDO 150CM	36,98	1.849,00
72	275	UNIDADE	RODO DE MADEIRA COM ESPUMA E ABRASIVO VERDE. 35 CM (MÍN). LIMPEZA PESADA; CABO MEDINDO 150CM;	16,49	4.534,75
73	68	UNIDADE	RODO DE MADEIRA. COM BORRACHA. 60CM (MÍN) BASE DE POLIPROPILENO; CABO DE MADEIRA, COM ROSCA, MEDINDO 150CM	19,29	1.311,72
74	110	PACOTE	SABAO DE ALCOOL. EM BARRAS; PARA LIMPEZA; EM EMBALAGEM CONTENDO 5 UNIDADES 200GR CADA	15,86	1.744,60
75	80	PACOTE	SABAO EM BARRA. NEUTRO. SEM GLICERINA; EM EMBALAGEM COM 05 UNIDADES, PESANDO 200G CADA	14,25	1.140,00
76	1700	UNIDADE	SABÃO EM PÓ COM ATIVO CONCENTRADO, EMBALAGEM EM CAIXA DE PAPEL RECICLÁVEL, CONTENDO NO MÍNIMO 800 GRAMAS; CONTENDO TENSO ATIVO BIODEGRADÁVEL E PIGMENTO AZUL. MARCA DE REFERÊNCIA: OMO	14,59	24.803,00
77	283	UNIDADE	SABONETE LÍQUIDO DE ALTA EFICIÊNCIA LIMPADORA, NÃO AGRIDE A PELE - POSSUI PH NEUTRO, PH 100%: 5,5 - 6,0. COMPOSIÇÃO: ACQUA, DISODIUM EDTA, COCAMIDE DEA, METHYLCHLOROISOTHIAZOLINONE, METHYLISOTHIAZOLINONE, CITRIC ACID, SODIUM LAURETH SULFATE, LAURETH-2, SODIUM CITRATE, VALIDADE 24 MESES, FRAGRÂNCIA DIVERSAS; GALÃO COM 5LITROS	35,71	10.105,93
78	350	UNIDADE	SABONETE. EM TABLETE; COMUM; SUAVE; 90GR, PARA HIGIENE CORPORAL;	3,06	1.071,00
79	260	PACOTE	SACO PARA LIXO. CAPACIDADE PARA 100 LITROS; DE POLIETILENO; REFORÇADO DE NO MÍNIMO 7 MICRAS (DEVERÁ ESTAR ESPECIFICADO NA EMBALAGEM) ; EMBALAGEM COM 100UNID	75,50	19.630,00
80	290	PACOTE	SACO PARA LIXO. CAPACIDADE PARA 15 LITROS; DE POLIETILENO; REFORÇADO; EMBALAGEM COM 100 UNID	19,25	5.582,50



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

81	200	UNIDADE	SACO PARA LIXO. CAPACIDADE PARA 150 LITROS; DE POLIETILENO; REFORÇADO REFORÇADO DE NO MÍNIMO 7 MICRAS (DEVERÁ ESTAR ESPECIFICADO NA EMBALAGEM); EMBALAGEM COM 100 UNID	99,52	19.904,00
82	310	PACOTE	SACO PARA LIXO. CAPACIDADE PARA 30 LITROS; DE POLIETILENO; REFORCADO; EMBALAGEM COM 100 und	23,90	7.409,00
83	350	PACOTE	SACO PARA LIXO. CAPACIDADE PARA 50 LITROS; DE POLIETILENO; PICOTADO E REFORCADO; EMBALAGEM COM 40 UNIDADES (MIN);	30,62	10.717,00
84	150	UNIDADE	SAPONÁCEO EM PÓ. Frasco c/ 300grs, COM DETERGENTE, TAMPA ABRE E FECHA, COMPOSIÇÃO: PÓ MINERAL M2000, DODENSIL, BENZENO SILFINATO DE SÓDIO, SOLICATO ALCALINO, CLORO, CONTÉM TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL.	6,94	1.041,00
85	560	UNIDADE	SAPONÁCEO LÍQUIDO CREMOSO, COM CLORO ATIVO, EMBALAGEM 300ML, TAMPA ABRE-FECHA, APLICAÇÃO; LIMPEZA DE SUPERFÍCIES DE INOX, ESMALTADOS, FÓRMICAS.	9,17	5.135,20
86	65	UNIDADE	SODA CAUSTICA. EM ESCAMAS; DE ALTA QUALIDADE, COMPOSTA DE HIDROXIDO DE SODIO; ADEQUADAMENTE EMBALADA EM POTE PLASTICO; CONTENDO 1KG	24,76	1.609,40
87	20	UNIDADE	SUPORTE PARA FILTRO DE CAFÉ - TAM GRANDE (103)	11,43	228,60
88	410	UNIDADE	TOALHA DE BANHO. 100% ALGODÃO; MEDINDO NO MÍNIMO 0,65M X 1,30M, CORES ESCURAS.	25,25	10.352,50
89	260	UNIDADE	TOALHA DE ROSTO. 100% ALGODÃO; MEDINDO NO MÍNIMO 0,42M X 0,75M, CORES ESCURAS.	10,90	2.834,00
90	70	UNIDADE	TOALHA PARA PISO/PÉS - TAM. 50X70 - 100% ALGODÃO. CORES ESCURAS.	13,51	945,70
91	150	UNIDADE	VASSOURA DE FIBRA PARA LIMPEZA EXTERNA, BASE MIN LARGURA 40CM, GARI, COM CABO	29,91	4.486,50
92	110	UNIDADE	VASSOURA DE NYLON. USO DOMESTICO; CEPA EM POLIPROPILENO; SISTEMA DE ROSCA PARA FIXACAO DO CABO; BASE COM 30CM (MIN); CERDAS DE NYLON	14,56	1.601,60



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

93	320	UNIDADE	VASSOURA DE PALHA. USO DOMESTICO; CEPA EM PALHA; TIPO 5 FIOS; AMARRACAO COM ARAME; CABO DE MADEIRA MEDINDO 120CM; CERDAS DE PALHA	31,32	10.022,40
VALOR TOTAL					501.977,49

O custo estimado da contratação é de aproximadamente R\$ 501.977,49 (quinhentos e um mil novecentos e setenta e sete reais quarenta e nove centavos).

IX. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO

O parcelamento do objeto é necessário mediante a demanda necessária. Outro fator importante para o parcelamento é o melhor aproveitamento do orçamento disponível e a não formação de estoque desnecessário no almoxarifado, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

X. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações/aquisições correlatas ao objeto ora debatido.

XI. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A realização de uma nova contratação se faz necessária em razão do fim da vigência do Pregão 70/2022 no dia 25 de outubro de 2023, a aquisição de materiais de limpeza e higienização, material de copa e cozinha e material de proteção individual para atender as secretarias municipais são essenciais e indispensáveis para a manutenção das atividades cotidianas.

A contratação não está alinhada ao plano anual de contratações de 2023 pois não há plano anual de contratações publicados.

XII. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação, almeja-se garantir o fornecimento de materiais de qualidade, rapidez no atendimento a demanda de cada secretaria, melhoria dos espaços públicos, bem como, da população que utiliza estes espaços.

XIII. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

A execução do contrato será acompanhada pelos fiscais de contratos municipais vinculados a cada secretaria conforme a Portaria nº 368/2023. As atividades relacionadas a execução do objeto do contrato de responsabilidade dos fiscais se encontra regulamentado pelo Decreto Municipal 5142/2023.

Os Fiscais anotarão todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato em registro próprio, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, conforme Termo de Referência; as decisões e providências que ultrapassem a competência dos servidores deverão ser solicitados aos seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.



NOVA SANTA ROSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO

XIV. IMPACTOS AMBIENTAIS

As aquisições são necessárias para o bom funcionamento das atividades institucionais, por isso é de grande importância que os materiais utilizados tenham especificações ambientais sustentáveis em suas características, com a finalidade de minimizar possíveis impactos ambientais gerados por produtos com especificações inadequadas.

As embalagens de alguns itens da contratação são plásticas e deverão ser descartadas pela coleta seletiva, sendo recicladas posteriormente.

XV. CONCLUSÃO DA CONTRATAÇÃO

Após este estudo preliminar verifica-se que o objeto deverá ser realizado através de propostas para registro de preços de forma parcelada, visando a aquisição de materiais de limpeza, material de copa e cozinha e material de proteção individual para a manutenção das atividades cotidianas, com o intuito de atender as necessidades das secretarias municipais. Com esta contratação será possível realizar o atendimento adequado das necessidades da Administração.

Diante do exposto, o responsável declara ser viável a contratação da solução pretendida, com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Nova Santa Rosa
15 de dezembro de 2023

Rafaely Gonçalves
Servidor Responsável pela Elaboração do Estudo